

Capítulo 5

Governança política e económica em África

Este capítulo analisa as tendências de governação que afetam as perspetivas económicas em África, examinando os padrões mais recentes sobre o funcionamento das instituições públicas africanas. Aborda-se em que medida a qualidade do fornecimento dos serviços públicos e o desempenho das instituições correspondem às expectativas dos cidadãos, bem como as melhorias exigidas pelos cidadãos e a forma como os governos têm respondido. Por fim, o capítulo esboça as perspetivas para 2016. Em primeiro lugar são formuladas as constatações iniciais, sendo apresentada nas secções subsequentes a forma como se chegou a essas conclusões.

Resumo

Embora o emprego seja a principal preocupação dos africanos ao longo da última década, as reivindicações por melhores serviços e infraestruturas têm aumentado desde 2008 e as preocupações com o terrorismo e a violência estão cada vez menos confinadas às zonas em conflito. Os países estão não só a reformar as suas instituições públicas, mas também a preocupar-se com os seus ambientes de negócio, o que pode trazer dividendos económicos a longo prazo, mas tem normalmente impactos restritos a curto prazo. Alguns indicadores e relatórios de peritos sugerem uma melhoria das regras e regulamentações que afetam os negócios.

A gravidade e abrangência geográfica da violência com motivações políticas, sob a forma de terrorismo ou de conflitos comunitários, têm aumentado nos últimos anos, em África. Este facto tem estimulado um trabalho conjunto dos países africanos, para encontrarem soluções regionais, mas a cooperação internacional é difícil.

Os cidadãos africanos estão cada vez mais eficazes na reivindicação e obtenção de melhorias da governação. Entre os exemplos de sucesso estão as instituições da Tunísia agraciadas com o Prémio Nobel, que conseguiram criar uma sociedade mais livre e democrática, ou as novas formas de fiscalização por parte da sociedade civil em alguns países, conferindo aos cidadãos outras formas de influenciar as políticas que vão para além do voto ou dos protestos.

Os principais desafios de governação em África são a procura crescente dos serviços públicos, as ameaças do terrorismo e dos conflitos internos

Este capítulo define a governação como a forma pela qual os vários atores estatais e não-estatais tomam decisões públicas e gerem os recursos económicos e sociais em prol do desenvolvimento. As entidades estatais, os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e o setor privado desempenham um papel neste processo. Este capítulo fornece uma perspetiva geral sobre o que os últimos dados disponíveis revelam sobre a governação em África, as tendências atuais e a forma como isto se interliga com os resultados globais de desenvolvimento.

A governação é multidimensional, pelo que é tomado em consideração um leque variado de medidas e indicadores. Estes podem dividir-se em quatro áreas principais:

- o fornecimento de bens e serviços públicos através da boa gestão e da otimização dos recursos financeiros
- a regulação das instituições económicas e a eficácia do Estado em promover a atividade económica
- a interação das instituições políticas com os cidadãos
- a construção de instituições fiáveis, capazes de reforçar a coesão social.

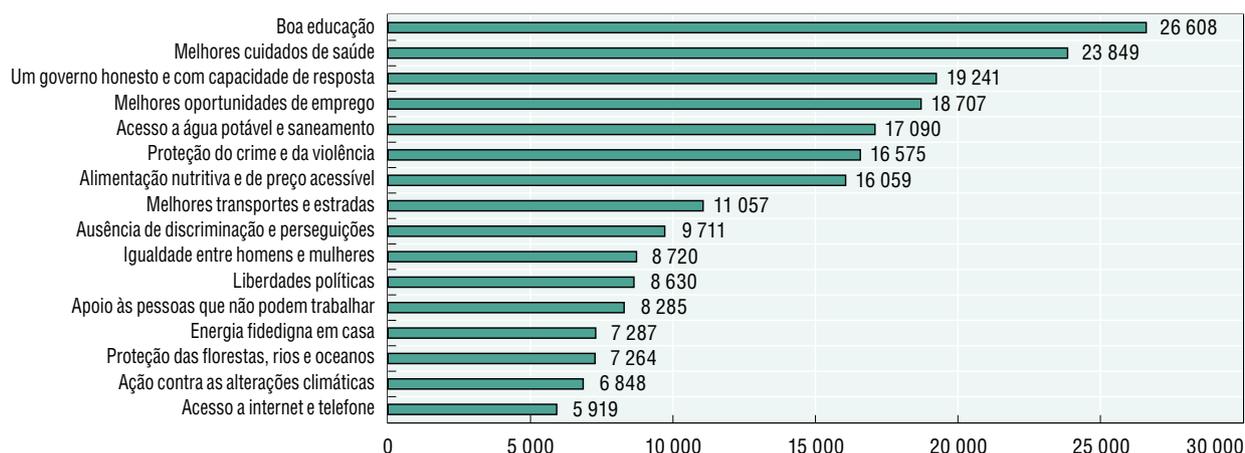
O ponto de partida deste capítulo são as expectativas dos cidadãos em relação aos governos e as principais áreas de tensão. Esta secção apresenta os principais resultados de inquéritos e sondagens de opinião, bem como as conclusões derivadas da atualização dos indicadores sobre tensões civis das *Perspetivas económicas em África* (PEA).

As sondagens demonstram que os cidadãos exigem mais oportunidades económicas, assim como uma melhor governação das instituições públicas

Os principais elementos salientados pelos inquiridos africanos em sondagens de opinião são a melhoria dos serviços públicos, a melhoria das instituições e a melhoria das oportunidades de emprego. O inquérito MyWorld 2015, realizado pelas Nações Unidas, aponta como as três principais prioridades dos africanos: uma boa educação, a melhoria

dos cuidados de saúde e um “governo honesto e com capacidade de resposta” (Figura 5.1). A estas seguem-se o desejo de melhores oportunidades de emprego e de melhor acesso a infraestruturas públicas, tais como água potável, saneamento e estradas.

Figura 5.1. Principais prioridades para os cidadãos africanos



Nota: Este gráfico apresenta as respostas à questão: “Quais os seis assuntos que considera mais importantes, para si e para a sua família?” (35 310 respondentes no total dos 54 países africanos).

Fonte: NU/ODI/Ipsos MORI (2016).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391541>

Outros inquéritos de opinião revelam resultados semelhantes. O Afrobarómetro realizado em 2014/15 constatou que os três problemas mais importantes que os africanos, em geral, querem ver resolvidos pelos seus governos são o desemprego (32.4%), a saúde (29.8%) e a educação (24%), enquanto os africanos de zonas rurais escolhem como principal prioridade a melhoria da eletricidade e das estradas. O inquérito Pew Global 2015, que inclui nove países africanos, revela igualmente que as principais preocupações são o desemprego, os cuidados de saúde e a educação (Pew Research Center, 2015).

De acordo com o Afrobarómetro, o emprego foi a questão mais premente para os cidadãos africanos na primeira década do século XXI, mas a exigência de melhores serviços e infraestruturas tem aumentado desde 2008. Nomeadamente, os resultados deste inquérito ao longo dos anos mostram que há um aumento da reivindicação por melhor educação, saúde, eletricidade, transportes, fornecimento de água e saneamento. No inquérito de 2002/03, quase 65% dos inquiridos referira o emprego e os rendimentos como uma das três maiores preocupações. No mesmo inquérito realizado em 2014/15, essa percentagem diminuiu para 54% e aumentou a proporção de inquiridos que mencionaram os serviços e as infraestruturas. Em 13 países, as questões ligadas a infraestruturas são referidas como o principal problema (Leo et al., 2015).

Existem diferenças nas preocupações referidas nos vários países. A Nigéria, que enfrenta a insurreição do Boko Haram, e a África do Sul, que possui uma taxa de criminalidade urbana elevada, apresentam resultados fora da norma, com aproximadamente um terço dos inquiridos a apontarem a insegurança como um problema nacional importante. No Egito e na Tunísia – dois países que enfrentaram uma mudança de regime durante a Primavera Árabe – e no Burundi e no Mali – dois países em situação pós-conflito – as preocupações com a segurança e criminalidade são citadas em segundo lugar, depois do emprego e rendimentos. Os problemas ligados à segurança alimentar figuram nas três principais preocupações em apenas dois países do Sahel: Níger e Mali. No Afrobarómetro, o acesso à habitação a preços acessíveis é referido como uma das principais preocupações em três dos países mais ricos: Argélia, Egito e África do Sul.

Relativamente às instituições políticas, os cidadãos exigem eleições mais justas e disputadas. Sendo as eleições uma prática comum na maioria dos países africanos, os cidadãos pretendem que estas sejam mais concorridas e inclusivas. Uma grande proporção dos cidadãos africanos encara as eleições como um bom princípio da boa governação, mas uma proporção muito menor considera que os processos eleitorais nos seus países são honestos (Gallup, 2012-13). Os africanos exigem, cada vez mais, resultados da boa governação: em 32 países africanos, num total de 34, a maioria dos cidadãos prefere a democracia a “outras formas de governo”, segundo o Afrobarómetro de 2011-13 (Bratton e Houessou, 2014). Em média, este índice de exigência por democracia foi de 71% em 2012, sendo que em 16 países registaram-se percentagens mais elevadas, entre 74% no Burundi e 90% na Zâmbia (muitos países da África Ocidental figuram nesta lista). Os cidadãos inquiridos consideram as eleições como o melhor sinal de um regime democrático.

Os dados do Afrobarómetro demonstram que níveis mais elevados de informação e liberdade de expressão estão ligados a melhores classificações em termos de confiança e desempenho do governo, nomeadamente no combate à corrupção. Uma maioria sólida de 69% dos cidadãos apoia o papel da comunicação social na fiscalização dos governos (Mitullah e Kamau, 2013).

Os protestos públicos estão maioritariamente relacionados com o emprego, os serviços públicos e os desacordos políticos

Para melhorar a compreensão das expectativas dos cidadãos relativamente aos governos e outras instituições públicas, é necessário analisar vários padrões. Entre os melhores indicadores disponíveis estão as sondagens de opinião, tal como referido, e os resultados eleitorais. No entanto, a monitorização de várias formas de protesto público e as reações a estes eventos fornecem indicações adicionais sobre em que medida estas opiniões e motivações são suficientemente fortes para estimular a ação. A interpretação de variações nos índices sobre tensões civis requer grande cuidado, pois embora estas possam ter custos económicos, a maior frequência de manifestações e greves pode também refletir o amadurecimento de sistemas de governação mais abertos. Após a mudança de governo no Egito, em 2011, as alterações constitucionais foram acompanhadas de tumultos e protestos, prejudicando a economia egípcia (Masry, 2015). Na África do Sul, a greve no setor mineiro, com a duração de cinco meses, custou cerca de 12 milhões de ZAR em 2014 e estima-se que tenha deduzido 2 pontos percentuais ao crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2015 (OCDE, 2015a). Esta greve – a mais cara da história da África do Sul – não resultou num aumento substancial dos salários (SARB, 2014). Os indicadores de governação apresentados nesta secção ajudam a aferir as tendências relativamente aos protestos públicos e aos seus motivos (Caixa 5.1).

Caixa 5.1. A análise da qualidade da governação

Um dos elementos-chave para compreender a história do crescimento africano na última década é a análise da qualidade da governação. Tanto a teoria económica como algumas análises comparativas entre países sugerem que a governação é um fator crucial no desenvolvimento económico, ligada ao crescimento mais rápido, a maior investimento e redução da pobreza (BAD, 2013).

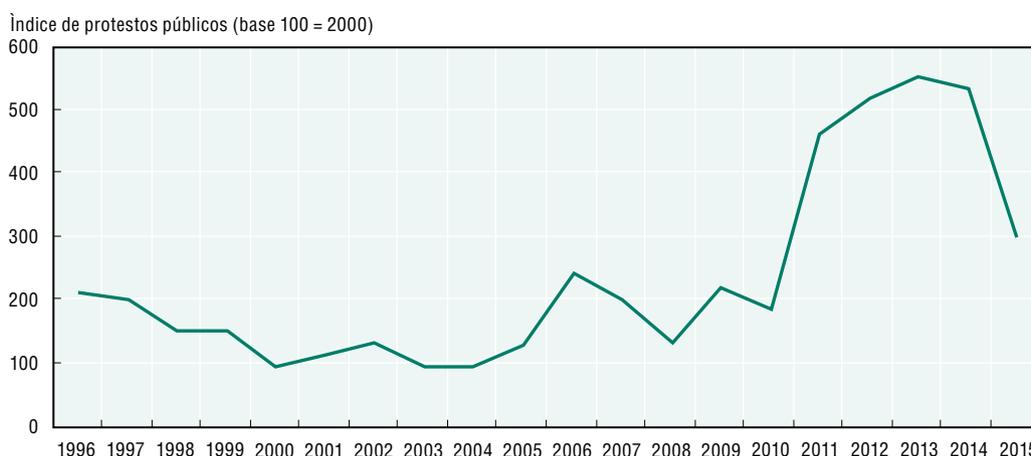
O conceito de governação é vasto, pelo que a síntese de medidas de diversos aspetos da governação numa única avaliação é um grande desafio (Rhodes, 2012). É difícil apreender a realidade com os dados existentes e, frequentemente, sem metas de referência uniformes que possam orientar as políticas (Lin e Monga, 2012; Whaites et al., 2015). Os debates académicos e o trabalho empírico originaram propostas de muitos indicadores de boa governação. Estes podem ser divididos em dois tipos: medidas baseadas em perceções e medidas baseadas em factos. Parece verificar-se uma maior falta de informação para as medidas baseadas nos factos (BAD, 2013; The Effective Institutions Platform, 2015).

Caixa 5.1. A análise da qualidade da governação (cont.)

Os indicadores de governação do PEA constituem uma medida de governação baseada nos factos, que avalia a qualidade das interações entre os governos, outras instituições políticas e os cidadãos. Estes indicadores monitorizam quando os cidadãos africanos estão suficientemente insatisfeitos com as instituições para realizarem ações públicas, assim como a resposta das instituições africanas a esse descontentamento. Os protestos públicos – definidos como greves ou qualquer tipo de manifestação com motivos políticos, económicos ou sociais – são acompanhados, numa base diária, através de relatórios noticiosos de jornalistas ou agências noticiosas em África e verificados pela AFP e Reuters. Contrariamente a outras formas de tensão civil (como a violência, os conflitos intercomunitários ou os atos terroristas contra a população, que também são monitorizados), os protestos públicos constituem uma forma democrática de exprimir as reivindicações. É feita uma contagem de cada acontecimento relevante e uma ponderação baseada em fatores como a intensidade, a duração, o número de vítimas, etc. A metodologia é apresentada no Anexo Estatístico deste relatório.

Os protestos públicos registaram uma forte diminuição em 2015, após um período de aumento constante deste 2010 (Figura 5.2). O Ébola na África Ocidental e os ataques terroristas em vários países levaram a uma menor tolerância das autoridades relativamente a manifestações públicas. Foram impostas restrições ou proibições temporárias a comícios na Guiné, Libéria e Serra Leoa, bem como no âmbito de estados de emergência declarados¹ no Chade, Egito, Mali, Níger e Tunísia. Em comparação com 2014, houve uma diminuição da duração e intensidade dos protestos na África do Sul e no Gabão. Por fim, os países do Norte de África registaram um decréscimo geral do nível de protestos, em comparação com 2014.

Figura 5.2. Índice de protestos públicos em África, 1996-2015



Nota: Protestos públicos correspondem a greves e a qualquer demonstração com motivações políticas, económicas ou sociais. É feita uma ponderação de cada evento segundo a intensidade (número de manifestantes) e duração (número de semanas). Para informação mais detalhada, consulte o anexo metodológico do relatório.

Fonte: Cálculos dos autores com base em relatórios noticiosos de jornalistas e agências noticiosas em África, verificadas pela AFP e Reuters.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391553>

De acordo com os relatórios noticiosos, os principais motivos para os protestos públicos em África, entre 2013 e 2015, tendem a ser as fracas condições económicas e serviços públicos. Embora existam ligeiras diferenças entre os resultados das sondagens

e as motivações subjacentes a vários protestos no continente africano, verifica-se alguma convergência nas questões económicas e nas questões de imparcialidade política. Os principais motivos dos protestos públicos continuam a ser exigências de aumentos salariais, seguidas de reivindicações de mudança de governo e de melhores condições de trabalho (Figura 5.3).

Figura 5.3. Principais motivos dos protestos públicos em África, 2013-15



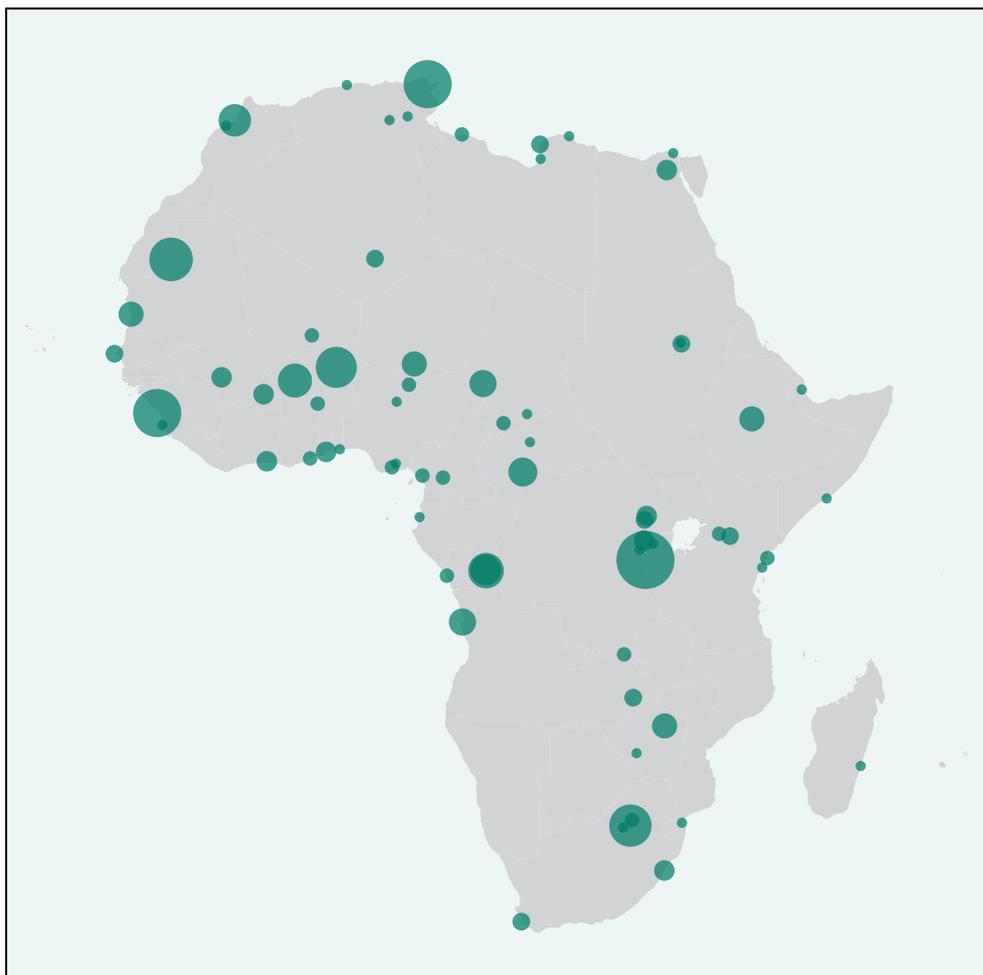
Nota: Protestos públicos correspondem a greves e a qualquer demonstração com motivações políticas, económicas ou sociais. É feita uma ponderação de cada evento segundo a intensidade (número de manifestantes) e duração (número de semanas). Para informação mais detalhada, consulte o anexo metodológico do relatório.

Fonte: Cálculos dos autores com base em relatórios noticiosos de jornalistas e agências noticiosas em África, verificadas pela AFP e Reuters.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391569>

Relativamente ao tipo de protestos, verificam-se diferenças significativas entre as grandes cidades e o resto do país. Os protestos e a agitação social podem estar localizados ou afetar a totalidade do território. No geral, parece ter havido mais protestos económicos nas zonas rurais e mais protestos políticos nas zonas urbanas (Mapa 5.1). Estes resultados devem, porém, ser interpretados com cautela uma vez que a separação entre zona rural/urbana ou motivos políticos/económicos nem sempre é clara.

Mapa 5.1. Intensidade dos protestos em África, por localização, 2015



Nota: O tamanho dos círculos representa a intensidade dos protestos públicos em 2015 (o número de protestos ponderado pelo número de manifestantes e sua duração). Consulte informação detalhada no anexo metodológico deste relatório.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em relatórios noticiosos de jornalistas e agências noticiosas em África, verificadas pela AFP e Reuters.

O terrorismo representa uma parte crescente da violência de atores não-estatais

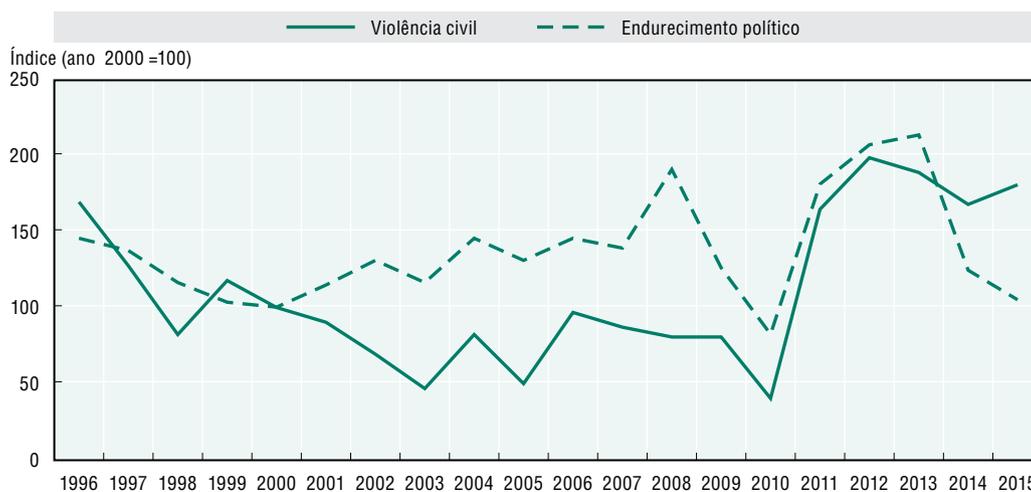
Tal como noutras partes do mundo, o terrorismo tem sido um fator crescente de violência em África nos últimos anos, causando danos sociais e económicos a longo prazo, para além de danos imediatos, morte e destruição. Não é fácil avaliar a totalidade do impacto negativo que os ataques terroristas e a violência transfronteiriça têm no progresso social. No entanto, os relatórios de organizações internacionais na África Ocidental, por exemplo, fornecem algumas evidências sobre o grau de degradação da situação de segurança provocado pela rebelião do Boko Haram na Nigéria e em áreas vizinhas ao Lago Chade. De acordo com dados da Organização Internacional para as Migrações, desde 2009 os ataques causaram mais de 15 000 mortos e mais de 2.1 milhões de deslocados nos Camarões, Chade, Nigéria e Níger. Nos primeiros três meses de 2015, mais de 1 000 civis foram mortos. Só na Nigéria, cerca de 600 professores foram assassinados desde o início da rebelião do Boko Haram, em dezembro de 2015. Mais de 2 000 escolas continuam fechadas, algumas das quais há mais de um ano, e centenas de escolas foram atacadas, pilhadas ou incendiadas. Na região, mais de 1 milhão de

crianças entre 7 e 15 anos estão fora da escola, das quais 380 000 deixaram a escola por um período de quatro anos, colocando-as em alto risco de abandonarem a escola por completo (UNICEF, 2015a).

Uma análise das tendências gerais revela que a extensão e intensidade dos atos de violência de atores não-estatais em África aumentou ligeiramente em 2015 (Figura 5.4). O Índice Global da Paz (IGP) de 2015 demonstra que, em média, o mundo tornou-se ligeiramente menos pacífico, com uma deterioração das pontuações em 86 países, dos quais 21 em África. A Líbia registou a maior queda mundial nas pontuações sobre a paz, em resultado do aumento das atividades de redes criminosas e grupos jihadistas (IEP, 2015). O Corno de África esteve também sob ameaça do terrorismo, nomeadamente o Quênia e a Somália, com vários ataques perpetrados pelos terroristas da Al-Shabaab, não apenas contra as forças governamentais e os símbolos do poder, mas também contra a população civil. Em abril de 2015, o ataque à Universidade de Garissa, no Quênia, fez 147 vítimas mortais.

As tensões intercomunitárias têm igualmente contribuído para este aumento. No Quênia, por exemplo, os atos de terror perpetrados pelo Al-Shabaab em 2015 geraram desconfiança entre comunidades, levando, conseqüentemente, a um aumento da tensão dirigida aos Somalis quenianos. Na África do Sul, a onda de tumultos tendo como alvo as lojas de propriedade estrangeira, principalmente em Durban e Joanesburgo, resultaram em sete mortes em abril de 2015, antes de as forças governamentais terem assumido o controlo da situação.

Figura 5.4. Endurecimento político e violência civil, 1996-2015



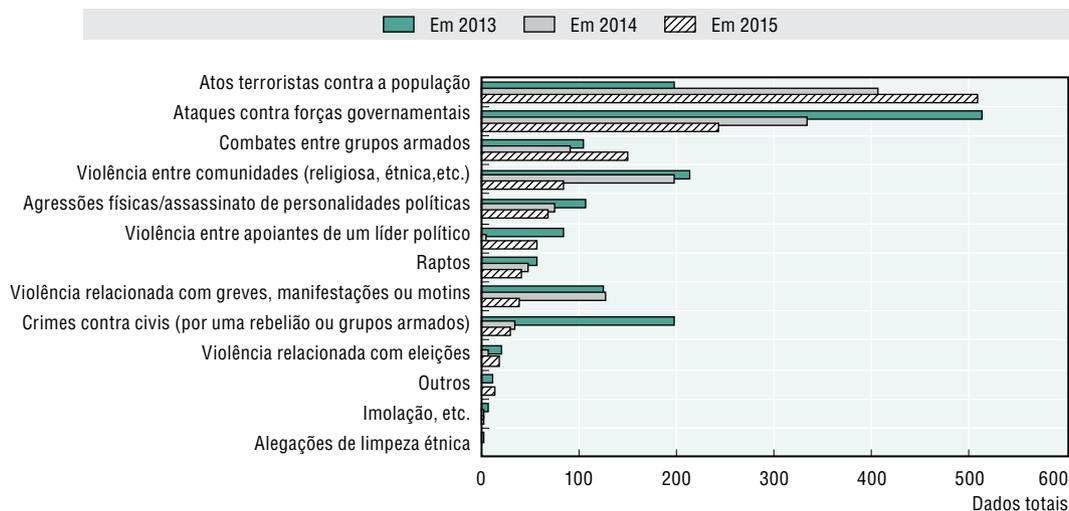
Nota: Foi feita uma ponderação de cada ato violento segundo a intensidade (número de mortos e/ou feridos), de acordo com a metodologia de escala descrita no anexo deste relatório.

Fonte: Cálculos dos autores com base em relatórios noticiosos de jornalistas e agências noticiosas em África, verificadas pela AFP e Reuters.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391570>

Entre 2013 e 2015, os três principais catalisadores da violência por parte de atores não-estatais foram: i) o terrorismo; ii) os conflitos entre comunidades, frequentemente alimentados por tensões sobre a escassez de recursos e ressentimentos de base étnica; e iii) queixas sobre processos eleitorais, em que os partidos políticos inflamaram ou agravaram as tensões civis através da violência (Figura 5.5).

Figura 5.5. Violência por atores não-estatais em África, por tipo, 2013-15



Nota: Foi feita uma ponderação de cada ato violento segundo a intensidade (número de mortos e/ou feridos), de acordo com a metodologia de escala descrita no anexo deste relatório.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do FMI (2015a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391586>

Vários países africanos estão a inovar para corresponderem à procura crescente de serviços públicos

Quais os desafios e oportunidades que decorrem da capacidade dos governos prestarem serviços públicos aos seus cidadãos de forma eficaz? Com o crescimento populacional e o aumento da assertividade democrática, o fornecimento de serviços públicos enfrenta limitações ao nível da capacidade. Nestes casos, as instituições não têm outra opção senão apostar na inovação e na mudança. Os indicadores sobre a qualidade da governação indicam que as exigências dos cidadãos africanos face às suas instituições estão a originar não apenas uma melhoria dos serviços, mas também reformas de melhoria da capacidade institucional. Por fim, existem exemplos de iniciativas internacionais que reforçam a eficácia da prestação de serviços.

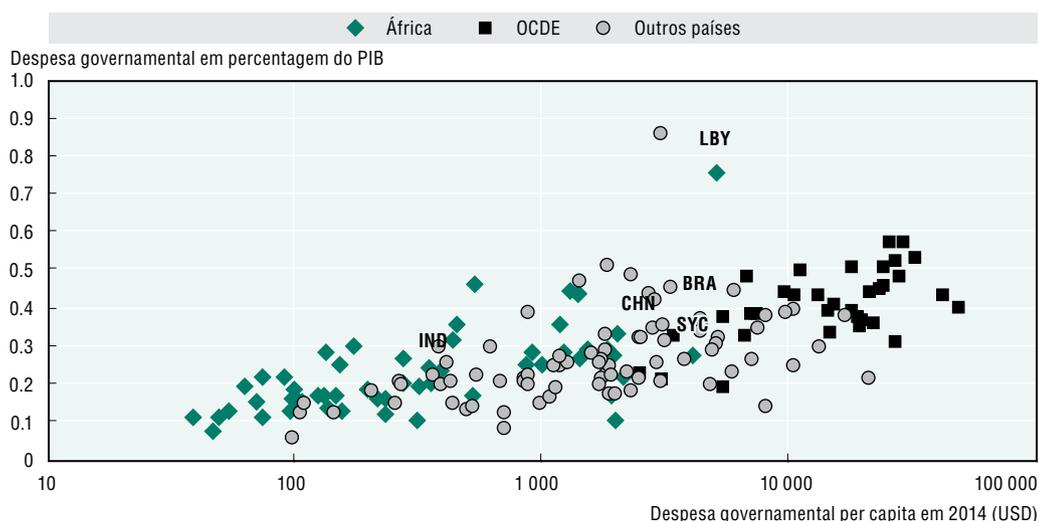
O desempenho dos governos africanos na prestação de serviços públicos é muito variável no continente

As *Gallup World Polls*, em 2013 e 2014, abrangeram 46 países africanos, podendo observar-se grandes variações na taxa líquida de satisfação relativamente à prestação de serviços na saúde, educação, transportes e habitação, o que reflete uma avaliação muito heterogénea dos cidadãos relativamente ao desempenho do Estado. A formulação das perguntas era: “na cidade ou área onde habita, está satisfeito ou insatisfeito com...?”. Relativamente aos **sistemas de transporte público** verificou-se uma taxa líquida média de insatisfação na ordem dos 15.2%, mas os resultados vão desde uma taxa de insatisfação de 62% na República Centro-Africana a uma taxa de satisfação de 42% nas Maurícias. Em relação à **prestação de serviços de saúde**, os africanos estão mais descontentes com os seus governos, atingindo em média uma taxa líquida de insatisfação de 22%. Contudo, verificou-se uma avaliação positiva do desempenho dos governos na área da saúde em nove países, variando entre 5% no Botswana e 59% no Ruanda. Relativamente ao desempenho estatal no fornecimento de **habitação** de qualidade e a preços acessíveis, uma média de 17% das pessoas nos 46 países declara-se insatisfeita, mas novamente

com grandes disparidades, com percentagens entre 65% de taxa líquida de insatisfação na Líbia até 32% de taxa líquida de satisfação no Ruanda. A **educação** é a prestação de serviços que apresenta maior taxa líquida de satisfação, com uma média de satisfação de 5.1% dos cidadãos africanos. Vinte países apresentam uma taxa de satisfação positiva e 24 uma avaliação negativa da satisfação nesta área (dois países não têm dados disponíveis). Um inquérito semelhante do Afrobarómetro confirma a perceção relativamente mais positiva sobre o desempenho dos governos na educação, com uma taxa média de satisfação de 20% nos 33 países abrangidos pelo inquérito.

Em África, as despesas públicas em relação ao PIB, em termos absolutos, são menores do que noutras regiões. O rácio médio despesas-PIB é de 29.7% em África, comparativamente a 40.9% nos países da OCDE. Em 2014, os governos africanos despenderam menos de 2 000 USD per capita, com exceção da Líbia (LBY) e das Seychelles (SYC) (Figura 5.6). Por comparação, o Brasil (BRA) gastou cerca de 4 300 USD per capita e a China (CHN) aproximadamente 2 500 USD, enquanto a Índia (IND) gastou apenas 360 USD.

Figura 5.6. Despesa governamental per capita vs. Despesa governamental em % do PIB, 2014



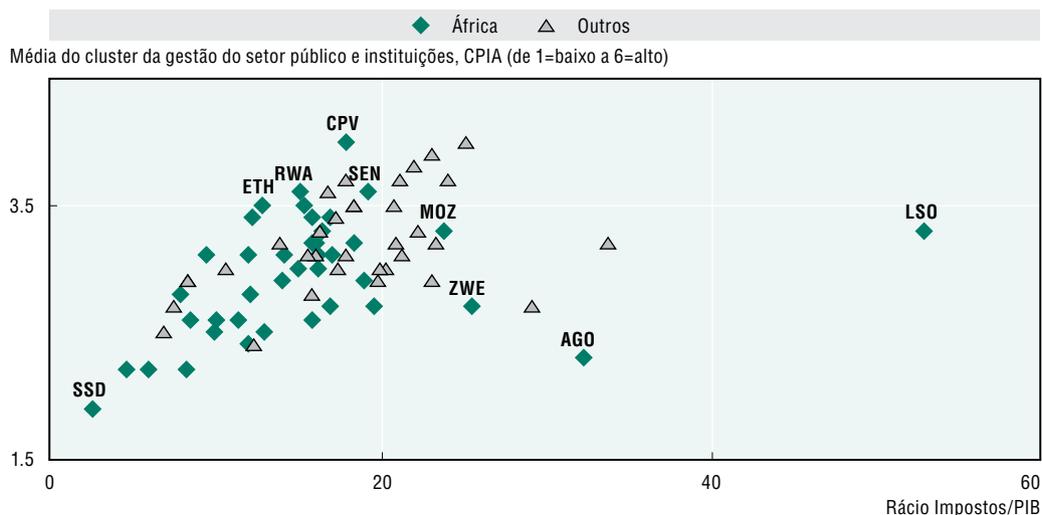
Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do FMI (2015a).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391596>

Mesmo com baixos níveis de cobrança de impostos, vários países africanos apresentam uma alta eficiência na gestão do setor público para os padrões globais. A Figura 5.7 apresenta os países em África e no resto do mundo de acordo com os rácios impostos-PIB e com a qualidade da gestão do setor público, medida pelas suas pontuações no *Country Policy and Institutional Assessment* (CPIA) do Banco Mundial. Isto ajuda a identificar alguns dos casos de sucesso na gestão do setor público. Por exemplo, apesar de terem um rácio impostos-PIB abaixo dos 20%, Cabo Verde (CPV), a Etiópia (ETH), o Ruanda (RWA) e o Senegal (SEN) atingem pontuações acima da média no CPIA. Pelo contrário, alguns países com rácios impostos-PIB mais elevados têm pontuações baixas. A maioria dos países africanos apresenta valores baixos tanto no rácio impostos-PIB como na pontuação sobre a gestão do setor público.

Observam-se igualmente disparidades na prontidão das administrações em promover os funcionários com base no mérito e nas competências técnicas. A Figura 5.8 compara a eficiência dos gastos com a prioridade que é conferida ao mérito nas

contratações (Fórum Económico Mundial, *Executive Opinion Survey*, 2014). Tal como nos grupos de referência, porém, quanto mais a contratação é baseada nas qualificações, maior o impacto na eficiência das receitas públicas. O Ruanda é um dos países com melhor desempenho nas duas variáveis.

Figura 5.7. Gestão do setor público vs. Rácio impostos/PIB

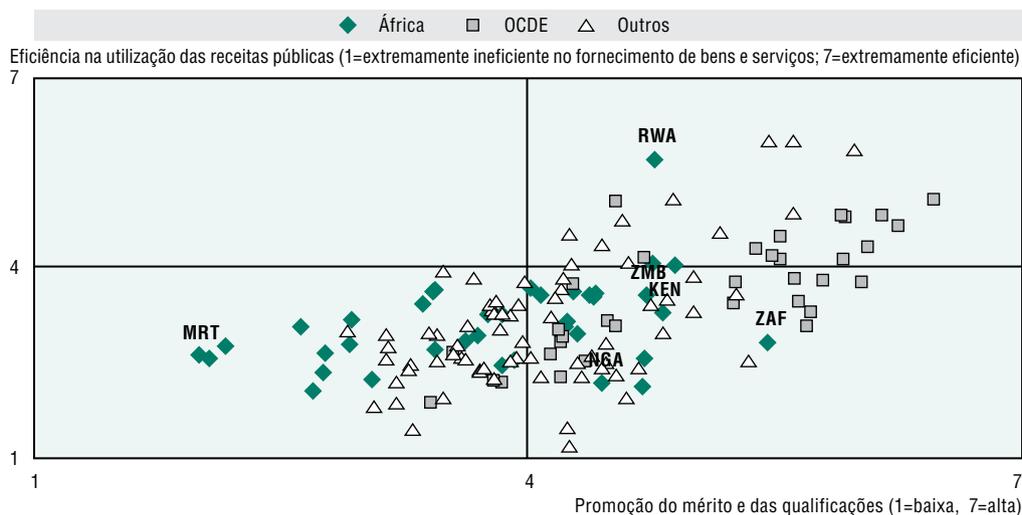


Nota: O cluster de gestão do setor público e instituições inclui os direitos de propriedade e a governação baseada no primado do direito, a qualidade da gestão orçamental e financeira, a eficiência na mobilização de receitas, a qualidade da administração pública, e a transparência, prestação de contas e corrupção no setor público.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do Banco Mundial (2016a) e do FMI (2015a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391608>

Figura 5.8. Contratação com base no mérito e nas qualificações vs. Eficiência na utilização das receitas públicas



Notas: Questão 1.7. No seu país, em que medida os funcionários governamentais demonstram favorecimento de empresas e indivíduos na tomada de decisões sobre políticas e contratos? (1=demonstram sempre favorecimento; 7=nunca demonstram favorecimento). Questão 1.8. No seu país, qual o grau de eficiência com que o governo utiliza as receitas públicas? (1=extremamente ineficiente no fornecimento de bens e serviços; 7=extremamente eficiente).

Fonte: Ilustração dos autores, com base em dados do FEM (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391610>

Na opinião dos africanos, a corrupção – entendida como o exercício do poder público para benefício privado – continua a ser o principal obstáculo ao fornecimento de serviços públicos e à proteção do interesse público por parte do Estado. Em 2015, 58% dos inquiridos na pesquisa da Transparência Internacional para o Barómetro sobre Corrupção Global consideraram que a corrupção aumentou (Transparência Internacional, 2015). Nos 12 meses anteriores ao inquérito, 22% dos utilizadores de serviços públicos pagaram um suborno na África Subsariana (ASS), o que equivale a 75 milhões de pessoas. Os organismos africanos de combate à corrupção dispõem de poucos recursos e, normalmente, uma grande percentagem dos cidadãos considera que os seus governos têm um fraco desempenho na luta contra a corrupção. Em média, 64.4% dos africanos classificaram a resposta dos seus governos à corrupção como má ou muito má, enquanto 30.6% consideram essa resposta como boa ou muito boa (Afrobarómetro, 2015). As instituições formais de fiscalização enfrentam, frequentemente, grandes limitações no desempenho das suas funções de responsabilização dos governos (IBP, 2015).

A transparência e prestação de contas (accountability) e a existência de sistemas de equilíbrio e controlo nas administrações e políticas públicas são fundamentais para a eficácia no fornecimento de bens públicos, na prestação de serviços e no financiamento de infraestruturas. A transparência e prestação de contas são um elemento crucial para a perceção dos cidadãos sobre a boa governação e são essenciais para a qualidade das políticas públicas e para o fornecimento de bens públicos (Banco Mundial, 2002). A falta de controlos e equilíbrios favorece a corrupção, o que resulta em grandes custos financeiros e em perdas na qualidade da prestação de serviços. Por exemplo, o gabinete do auditor geral no Quênia, um organismo público independente que promove a boa governação e a prestação de contas na gestão dos recursos públicos, revelou que menos de 1.2% da despesa pública foi efetuada de forma legal e de acordo com as regras contabilísticas (KENAO, 2015). Isto prejudica fortemente a capacidade dos Estados responderem às necessidades dos cidadãos.

Várias políticas estão a originar serviços mais eficientes, eficazes e inclusivos

Os países africanos podem melhorar a sua prestação de serviços, apesar da grande diversidade de contextos políticos. Tanto a literatura académica como as recentes reformas de políticas no continente indicam que alguns princípios gerais de melhoria das políticas são aplicáveis a muitos países. Nomeadamente, em muitos países africanos vale a pena apostar numa melhor definição das prioridades, numa maior consistência na atribuição de responsabilidades entre níveis e agências do governo, num melhor uso da informação e em sistemas mais equilibrados de pagamento aos fornecedores (OCDE, 2010a). No entanto, apesar destes princípios gerais se aplicarem a muitos países, tal não acontece com as políticas individuais, não sendo aconselhável uma abordagem única.

A descentralização pode contribuir para melhorar a prestação de serviços, nos casos em que a maioria das regiões sejam sustentáveis no plano económico e orçamental. Em vários países africanos, as regiões e os municípios dependem principalmente das transferências governamentais (PEA, 2015). O desempenho administrativo pode ser melhorado através de eleições locais e da mobilização da sociedade civil, nos casos em que as finanças locais não dependem exclusivamente das transferências do governo central (Cabral, 2011). O’Neil e Cammack et al. (2014) concluíram que, nas administrações locais do Malawi, é mais provável que a descentralização tenha sucesso nas cidades do que nos municípios rurais, uma vez que as primeiras têm melhores infraestruturas, conseguem gerar mais receitas e têm maior probabilidade de monitorização do desempenho, nomeadamente pelos cidadãos.

A melhoria da gestão e a otimização dos recursos financeiros podem melhorar consideravelmente a prestação de serviços públicos. Por exemplo, as experiências de contratação privada sem fins lucrativos no Uganda revelaram resultados positivos em

termos de afetação de recursos e de prestação de serviços. Desde 1997, no âmbito do processo de descentralização e devolução do poder ao nível local, o Ministério da Saúde concedeu subsídios públicos a fornecedores privados sem fins lucrativos, com o objetivo de alargar o acesso a cuidados de saúde através de parcerias público-privadas (PPP), particularmente em zonas do país mais carenciadas. As instalações privadas sem fins lucrativos representam agora uma parte significativa do sistema de saúde no Uganda, operando cerca de um terço das unidades de saúde no país (Lundberg, 2008).

O crescimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em África pode, igualmente, melhorar a implementação de políticas e fazer a diferença para as pessoas. Os telemóveis são o tipo de equipamento mais amplamente difundido no continente africano, com uma disponibilidade entre os 70% e os 100%, em 2015 (Leo et al., 2015). A telemedicina, ou *e-saúde*, constituiu um dos muitos exemplos de soluções de baixo custo, fornecidas pelas TIC, para alguns desafios de saúde nos países em desenvolvimento. As políticas governamentais podem ajudar a criar enquadramentos coerentes e fiáveis de privacidade e segurança, bem como mecanismos de prestação de contas, que favorecem tanto a inclusão como a inovação.

- No **Gana**, a Fundação Novartis tem liderado desde 2012 uma PPP que fornece serviços de teleconsulta em 21 comunidades, em cooperação com ministérios setoriais, a agência nacional de seguros de saúde e as associações médicas. O modelo piloto de centro de teleconsultas, a operar 24 horas, contribuiu para reduzir em 31% o recurso a consultas e melhorou a facilitação do transporte de emergência, prevendo-se que o roteiro para alargamento a todo o território esteja concluído em dezembro de 2017 (Fundação Novartis, 2016).
- No **Quénia**, que é já líder mundial nos serviços de pagamento por telemóvel (através do serviço m-PESA), o aumento da telemedicina tem permitido a interação dos pacientes e profissionais de saúde de zonas rurais com as equipas dos principais hospitais do país, através de videoconferência. Isto melhorou a qualidade dos cuidados, com custos muito baixos (Arrow e Sanghi, 2015).
- A **Tanzânia** lançou um programa de apoio ao registo dos nascimentos através de telemóvel, uma vez que, de acordo com o censo de 2012, 80% dos tanzanianos não possui certidão de nascimento (Reuters, 2015a). Este facto tem impacto direto no acesso a serviços públicos de educação e saúde e priva o governo de dados essenciais para planear a prestação de serviços às crianças e para fazer corresponder a tomada de decisões com as necessidades da população (ACNUDH, 2014).

No que concerne aos esforços de reforma, o Gana, as Maurícias e a África do Sul estão entre os países africanos mais ricos que implementaram sistemas de saúde com sucesso (KPMG, 2012). No **Gana**, o Sistema de Seguro Nacional de Saúde (NHIS, na sigla inglesa) criado em 2003, reduziu com sucesso a percentagem de gastos correntes nas despesas totais privadas de saúde, com efeitos positivos para os cidadãos mais pobres. Nas **Maurícias**, são prestados cuidados básicos de saúde, mesmo que o peso das despesas correntes continue elevado. Na **África do Sul**, as ONG e o governo estão a colaborar em algumas formas inovadoras de melhorar os resultados dos cuidados de saúde nas zonas mais pobres.

O principal fator para a melhoria da eficácia é a existência de políticas adequadas. A **Etiópia** fez progressos na melhoria dos cuidados de saúde, principalmente através da reforma dos serviços de administração da saúde, embora seja o segundo país em África com menores despesas de saúde (16 USD per capita, em 2010) (KPMG, 2012). No **Ruanda** (caixa 5.2), o governo tem superado as baixas despesas de saúde per capita (57 USD per capita em 2010, apesar do peso do orçamento da saúde no orçamento de Estado ser dos maiores em África), conseguindo apresentar bons resultados através da combinação de vários modos de financiamento, do lobby para financiamentos externos e da prioridade dada à melhoria da burocracia no setor da saúde (OMS, 2014).

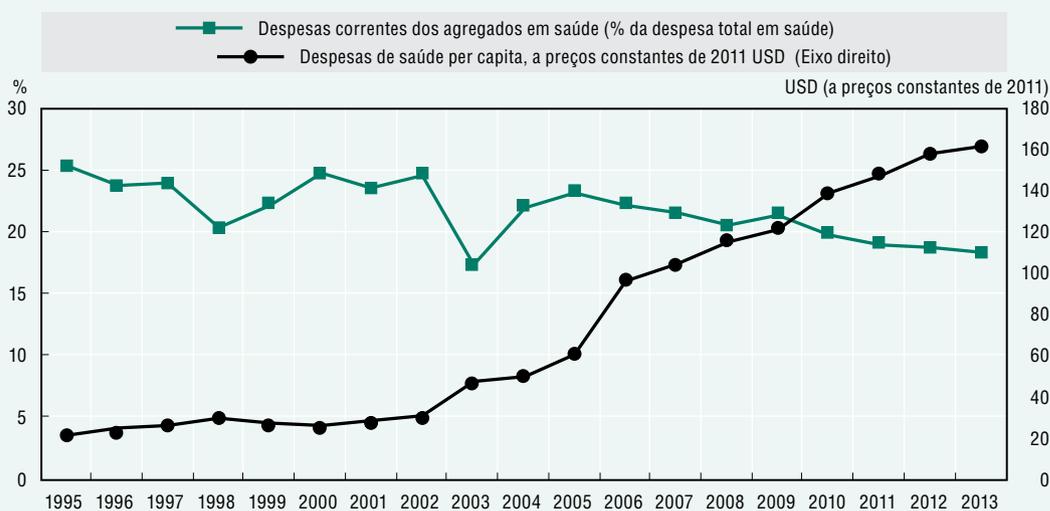
Caixa 5.2. Resumo das principais melhorias no sistema de saúde do Ruanda

O Ruanda registou um notável progresso socioeconómico após grandes melhorias e inovações nas políticas nacionais de saúde, no âmbito do Plano Estratégico para o Setor da Saúde (PESS II). O país desenvolveu, desde 2005, um quadro de financiamento abrangente para os sistemas de saúde, baseado nas melhores práticas do financiamento global para a saúde.

Do lado da oferta, o governo central aumentou as transferências para as autoridades locais através da descentralização orçamental e disponibilizou unidades de saúde periféricas, com base nas necessidades e no desempenho. Entre as medidas tomadas estão um sistema de seguro de saúde, com subvenções cruzadas das categorias mais ricas para as mais pobres, e unidades de fornecimento de medicamentos (aquisição e distribuição). Atualmente, o Ministro da Saúde está a implementar um conjunto de reformas nos sistemas de gestão da informação no setor da saúde, nomeadamente pela sua automatização.

Do lado da procura, o Ruanda realizou avanços excecionais na proteção das famílias contra o endividamento por despesas de saúde, através do reforço de mecanismos de pré-pagamento, tais como seguros de saúde comunitários e outros esquemas de seguros. Existem igualmente pagamentos diretos às populações através de incentivos em espécie. Estes esforços reduziram drasticamente o fardo dos pagamentos diretos. As despesas correntes gerais diminuíram de 9.5 USD, em 2006, para 4.09 USD em 2010 (OMS, 2014). A esperança de vida à nascença aumentou de 51 anos, em 2002, para 64.5 anos, em 2013 (INER, 2013).

Figura 5.9. Despesas correntes dos agregados em cuidados de saúde e despesa total de saúde no Ruanda, 1995-2013



Fonte: OMS (2014), "WHO country cooperation strategy 2014-2018: Rwanda" e cálculos dos autores com base em dados do Banco Mundial (2015), World Development Indicators (consultado em janeiro de 2016).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391620>

A melhoria na afetação da ajuda internacional pode contribuir para melhorar a prestação de serviços em países de baixo rendimento e em Estados frágeis

A eficácia da ajuda internacional em contribuir para a melhoria da prestação de serviços públicos tem sido questionada na última década. Um estudo da OCDE, em 2013, concluiu que seis países da África Subariana são simultaneamente Estados frágeis e subfinanciados pela ajuda internacional: Chade, Madagáscar, Malawi, Gâmbia, Guiné, Níger, Serra Leoa e Togo (OCDE, 2013a). Estas disparidades geográficas na distribuição da ajuda ao desenvolvimento resultam da falta de coordenação. Em parte, tal deriva do facto de cada doador ter as suas próprias prioridades políticas e incentivos, levando a decisões individuais de afetação da ajuda que diferem grandemente e que não dependem

das necessidades do país ou do seu desempenho institucional. No entanto, o surto do vírus Ébola em 2014/15 demonstrou que os Estados frágeis são vulneráveis a catástrofes e não devem ser negligenciados. Com efeito, a canalização de ajuda adicional através de apoio orçamental pode ajudar estes países, quando acompanhada de assistência técnica direcionada para o reforço de capacidades e a gestão das finanças públicas (Caixa 5.3).

Caixa 5.3. Aumento da eficácia da ajuda em Estados frágeis

A OCDE define os Estados frágeis como tendo “fraca capacidade para realizar as funções básicas de governar as populações e sem capacidade de desenvolver relações construtivas e de reforço mútuo dentro da sociedade (OCDE, 2011).

As consequências dramáticas do surto do vírus Ébola demonstram que as epidemias podem transformar-se em desastres humanitários nos países com fracos serviços. Registaram-se problemas significativos, não apenas devido à insuficiência de recursos para o setor da saúde, mas também devido à fragmentação dos processos de prestação de cuidados e a falhas de informação. Os sistemas de saúde da Guiné, Libéria e Serra Leoa – onde se concentraram 99% das vítimas do Ébola – são subfinanciados e tiveram dificuldades para conter o impacto do vírus.

Direcionar a ajuda ao desenvolvimento para apoiar os governos na prestação de serviços básicos pode melhorar consideravelmente o ambiente de saúde e aumentar a resiliência a epidemias. Embora estes países tenham sido declarados livres do Ébola em dezembro de 2015, continuam a enfrentar desafios sociais e económicos muito exigentes. O Banco Mundial estima que o surto tenha custado, em 2015, 2.2 mil milhões de USD em perdas do crescimento económico, na Guiné, Libéria e Serra Leoa (Banco Mundial, 2016b). A atividade económica e o investimento ainda não recuperaram. Cerca de 70 000 nascimentos não foram registados durante a epidemia, colocando as crianças em risco (UNICEF, 2015b). Um relatório do Banco Mundial alerta para a possibilidade de aumento da mortalidade na Libéria até 111%, devido a mortes dos profissionais de saúde no país. Entretanto, continuam a surgir novos riscos para a saúde e o sistema de saúde continua seriamente deteriorado. Em 2015, mais de 500 pessoas morreram de meningite no Níger, obrigando ao encerramento de escolas. A OMS alerta para o perigo desta doença se tornar uma epidemia na faixa africana da meningite, do Mali à Etiópia. Isto demonstra a necessidade de abordar as insuficiências estruturais da prestação de cuidados de saúde. Sem uma melhoria na qualidade das infraestruturas e serviços de saúde, estas doenças continuarão a ter um impacto muito desproporcional nestes países.

A subcontratação das funções e serviços do Estado a fornecedores externos é uma prática comum em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nas situações de fragilidade, o recurso a fornecedores externos tem permitido tanto aos países desenvolvidos como em desenvolvimento prestarem serviços essenciais, como água potável, bem como funções fundamentais, que vão desde serviços aduaneiros à mobilização de recursos internos. Quando não é efetuada de forma correta, a subcontratação acarreta o risco de poder ultrapassar ou substituir o Estado e, assim, prejudicar o desenvolvimento das suas capacidades para gerir e prestar esses serviços ou funções.

Fontes: OCDE (2010b), OCDE (2011), UNICEF (2015b), Banco Mundial (2016b).

O alinhamento das modalidades de ajuda com os processos de construção do Estado pode reforçar a eficácia da prestação de serviços a longo prazo. Nomeadamente, as assimetrias na distribuição da ajuda têm integrado a agenda de desenvolvimento desde a aprovação da Agenda de Ação de Acra (AAA), em 2008. É necessário reforçar as parcerias estratégicas com atores nacionais, em particular no caso dos Estados frágeis. Outras iniciativas internacionais têm também dado frutos no setor da saúde. A Parceria para o Controlo da Malária, lançada em 1998 como parceria entre a Organização Mundial

de Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial, obteve resultados encorajadores no combate à malária: no período de dez anos, o número de mortes provocadas pela malária diminuiu 50% em 11 países africanos (OMS, 2015). O segundo Plano de Ação Global contra a Malária, para o período 2016-25, pretende maximizar o desempenho através de um quadro multisetorial de ações para as famílias, indo para além da prestação de cuidados de saúde (RBM/PNUD, 2013). Outro exemplo é a iniciativa para a erradicação da poliomielite, uma PPP liderada por governos nacionais e financiada por um vasto leque de doadores e fundações. Desde a sua criação, em 1988, o investimento de aproximadamente 11 mil milhões de USD contribuiu para reduzir a incidência da doença em 99%, registando-se apenas 75 casos no mundo em 2015, nenhum dos quais em África (International Monitoring Board Polio, 2015).

As melhorias no ambiente de negócios exigem tempo e devem ser complementares a reformas estruturais, para terem resultados

A qualidade da governação das instituições públicas afeta o crescimento económico por via do seu impacto no ambiente de negócios. A capacidade do setor privado contribuir para o crescimento económico depende não só de fatores económicos como a oferta, a procura e os *inputs*, mas também de um conjunto de restrições regulamentares, legais e sociais que afetam a sua tomada de decisão (Hausmann, Rodrik e Velasco [2005]; OCDE [2007]; Xu [2010]; Monga e Lin [2015]). Os países africanos têm vindo a melhorar os seus ambientes de regulamentação dos negócios.

Os países africanos estão a facilitar a realização de negócios e vários países estão entre os mais reformistas do mundo

Nos últimos anos, muitos países africanos realizaram esforços para melhorar os seus ambientes de negócio. O Banco Mundial monitoriza o número de reformas dos procedimentos administrativos, implementadas em cada ano por cada país, no seu relatório anual *Doing Business*. Os tipos de reformas mais comuns são ao nível da criação de empresas e da obtenção de crédito. Entre 2014 e 2015, 15 países implementaram reformas na primeira categoria e 13 na segunda. Desde 2010, os países africanos têm estado regularmente entre os dez países mais reformistas (Tabela 5.2). No relatório de 2016, o Uganda, o Quênia e a Mauritânia ocupam as três primeiras posições em África.

Tabela 5.1. Os 10 principais países no mundo de acordo com a classificação *Doing Business*, por ano

Posição	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
1	Cazaquistão	Marrocos	Polónia	Ucrânia	Tajiquistão	Costa Rica
2	Ruanda	Moldávia	Sri Lanka	Ruanda	Benim	Uganda
3	Peru	Macedónia, ARJ	Ucrânia	Federação Russa	Togo	Quênia
4	Vietname	São Tomé e Príncipe	Uzbequistão	Filipinas	Côte d'Ivoire	Chipre
5	Cabo Verde	Letónia	Burundi	Kosovo	Senegal	Mauritânia
6	Tajiquistão	Cabo Verde	Costa Rica	Djibouti	Trinidad e Tobago	Uzbequistão
7	Zâmbia	Serra Leoa	Mongólia	Côte d'Ivoire	Rep. Dem. do Congo	Cazaquistão
8	Hungria	Burundi	Grécia	Burundi	Azerbaijão	Jamaica
9	Grenada	Ilhas Salomão	Sérvia	Macedónia, ARJ	Irlanda	Senegal
10	Brunei Darussalam	Coreia	Cazaquistão	Guatemala	Emirados Árabes Unidos	Benim
Total Africanos	3	2	1	4	5	5

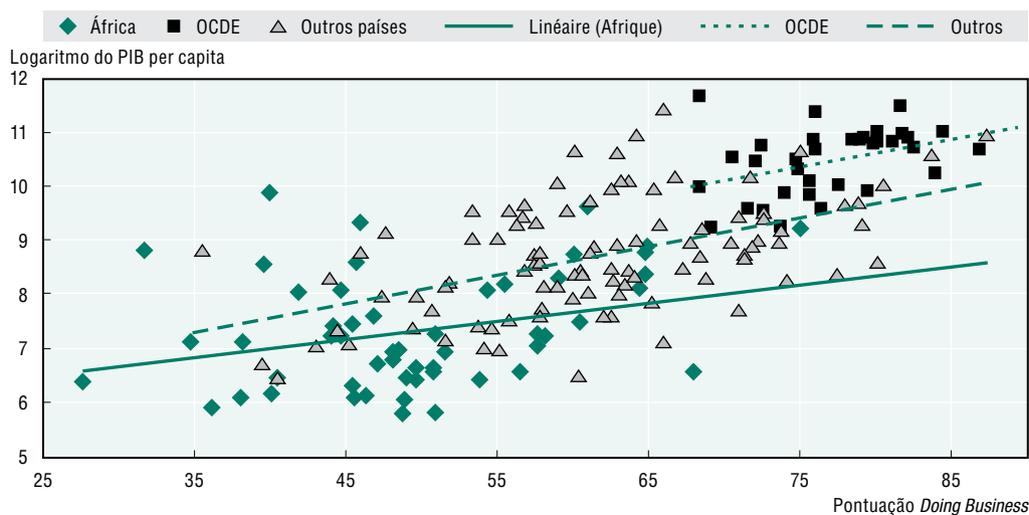
1. *Nota de rodapé da Turquia:* As informações deste documento que mencionam “Chipre” referem-se à parte sul da ilha. Não existe uma única autoridade que represente ao mesmo tempo as populações cipriotas turcas e gregas na ilha. A Turquia reconhece a República Turca de Chipre do Norte (RT CN). Enquanto não houver uma solução duradoura e justa no âmbito das Nações Unidas, a Turquia manterá sua posição no que diz respeito à “questão de Chipre”.

2. *Nota de rodapé de todos os Estados membros da União Europeia, da OCDE e da União Europeia:* A República de Chipre é reconhecida por todos os membros das Nações Unidas com exceção da Turquia. As informações constantes deste documento referem-se à área sob controle efetivo do Governo da República de Chipre.

Fonte: Banco Mundial (2016c).

Os países africanos registam uma melhoria nas pontuações do *Doing Business*, embora partam de uma base mais baixa, se comparados com o resto do mundo. Em 2015, seis países (num total de 54 países africanos) ficaram acima do valor médio da pontuação, mas 26 dos 37 países classificados no quintil mais baixo são países africanos (Figura 5.10). No entanto, alguns países africanos de rendimento baixo, como o Ruanda, têm pontuações próximas dos países da OCDE. As Maurícias ocupam o 32º lugar no ranking mundial, acima de 12 países da OCDE. Pelo contrário, alguns países ricos em recursos naturais – onde a riqueza é menos dependente da qualidade do ambiente de negócios – apresentam pontuações mais baixas, apesar de elevados rendimentos per capita.

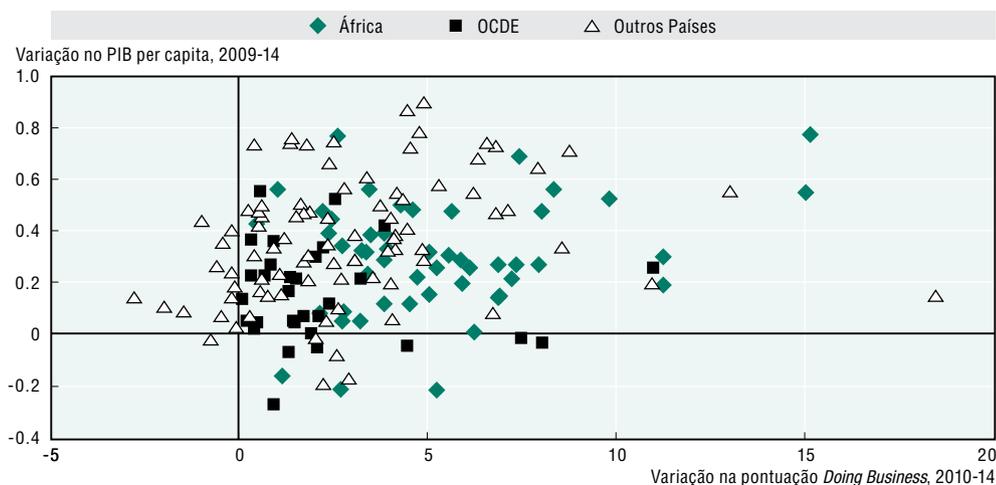
Figura 5.10. Pontuação no *Doing Business* e PIB per capita, 2015



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do Banco Mundial (2016c); FMI (2015).
 StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391638>

As reformas podem produzir melhorias a longo prazo, mas raramente benefícios de curto prazo

No geral, verifica-se uma fraca relação, no curto prazo, entre o crescimento económico e a melhoria das pontuações no *Doing Business*. Haidar (2011) estima que cada reforma positiva se reflita num aumento médio do PIB de 0.15%. Na prática, porém, os benefícios são anulados pelos efeitos de constrangimentos mais fortes, como o fornecimento pouco fiável de energia, a fraca confiança nas instituições políticas, os padrões comerciais e práticas informais ou a opacidade na atribuição de licenças comerciais. A Figura 5.11 demonstra a fraca correlação entre a alteração das pontuações do *Doing Business*, entre 2010 e 2014, e a variação do PIB per capita no mesmo período.

Figura 5.11. Variação na pontuação *Doing Business* e PIB per capita, entre 2010 e 2014

Nota: 2010-14 é o período mais longo em que se verificou uma série consistente das pontuações *Doing Business* (a metodologia foi alterada em 2014).

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do Banco Mundial (2016c); FMI (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391642>

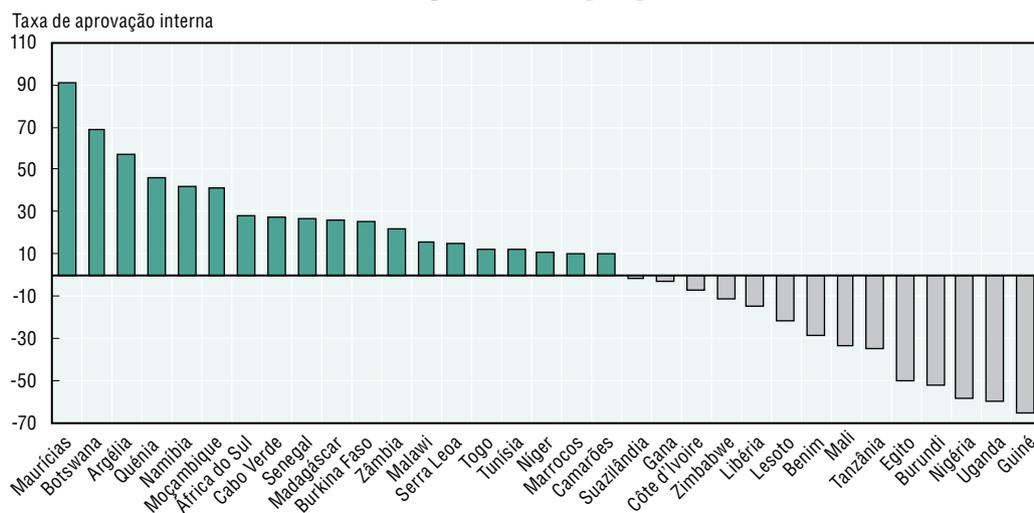
Os indicadores de competitividade mostram que África ainda está atrasada relativamente a outras regiões. O Índice de Competitividade Global (ICG) do Fórum Económico Mundial mede os fatores impulsionadores da produtividade e prosperidade de uma economia. É uma combinação de indicadores económicos e dos resultados de um inquérito a líderes empresariais, pretendendo medir o grau de atratividade de um país ao investimento. Embora não abranja todos os países africanos, verifica-se uma convergência geral entre este índice e o índice da facilidade em fazer negócios (*Ease of Doing Business index*), do Banco Mundial. África fica atrás de outras regiões não apenas no enquadramento regulamentar, mas também na atratividade geral para o investimento (Kessides, 2015). O Ruanda, o Botswana, as Maurícias e a África do Sul são os países africanos com melhor desempenho tanto no índice de realização de negócios como no índice de competitividade global. Por outro lado, os Camarões, a Gâmbia e o Senegal registam boas pontuações no ICG mas fracas pontuações no *Doing Business*. Já a Tunísia obteve uma classificação alta no índice de realização de negócios, mas baixa no ICG.

Para criar novas oportunidades económicas, é necessário ultrapassar obstáculos como as insuficiências nas infraestruturas

Uma das dificuldades na identificação de uma ligação entre a boa governação e o bom desempenho económico é que as alterações nas leis, regulamentos e políticas têm menor efeito num contexto de prevalência de práticas informais e de corrupção. Hallward-Driemeier e Pritchett (2015) salientam que as pontuações do *Doing Business*, do Banco Mundial, refletem o quadro regulamentar *de jure* e não correspondem ao que é reportado pelas empresas no inquérito do Banco Mundial às empresas. Por exemplo, o número médio de dias para criação de uma empresa no Egito é de 138.9 dias, segundo relatado no Inquérito às Empresas em 2013, enquanto a informação compilada para o *Doing Business* aponta para oito dias. Por outro lado, os dados utilizados para o *Doing Business* incluem 86 dias para a criação de uma empresa no Zimbabwe, em 2011, enquanto o Inquérito às Empresas aponta para uma média de apenas seis dias. As pequenas e médias empresas são frequentemente mais afetadas pelas práticas administrativas informais e pela burocracia. Em países com altos níveis de corrupção, as empresas podem até

contribuir para um agravamento do problema, ao recorrerem a subornos para acelerarem os procedimentos administrativos. Por outras palavras, a implementação de reformas aparentemente corajosas não tem, necessariamente, um efeito económico significativo.

Figura 5.12. Classificação das perceções sobre políticas ligadas ao fornecimento fiável de energia elétrica, por país, 2014-15



Nota: O inquérito Afrobarómetro inclui um conjunto de questões sobre as perceções dos inquiridos relativamente ao desempenho do governo do seu país em determinados assuntos. Nos países com classificações negativas, um maior número de inquiridos considera que há um mau desempenho do seu governo na resposta a tópicos específicos. A variação é entre -100% (o pior) e +100% (o melhor).

Fonte: Leo et al. (2015), com base no Afrobarómetro 2014/15 <http://afrobarometer.org/online-data-analysis/analyse-online>.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391658>

As principais infraestruturas económicas precisam de melhores políticas de manutenção e de bons sistemas de gestão. Em 2014/15, na maior parte dos países africanos, a maioria dos cidadãos considerava que o desempenho dos seus governos era fraco relativamente ao fornecimento fiável de eletricidade e à manutenção das vias rodoviárias (Figura 5.12, Afrobarómetro, 2015). A existência de infraestruturas públicas inadequadas é um grande obstáculo ao crescimento, particularmente na África Subsariana. Patat (2015), por exemplo, afirma que os grandes projetos hidroelétricos enfrentam perdas de até 50% nas suas linhas de produção devido a infraestruturas deficientes, originando frequentemente cortes de energia nas grandes cidades africanas. A instabilidade na produção de eletricidade afeta, por sua vez, as atividades económicas em países como o Gana, a Nigéria, o Senegal e a África do Sul. No Gana, os longos cortes de energia elétrica juntaram-se a uma forte desaceleração da economia, gerando o descontentamento dos eleitores (Reuters, 2015b). As graves falhas de eletricidade na África do Sul tornaram-se o maior obstáculo à atividade económica e ao crescimento. Este problema só pode ser resolvido através de reformas estruturais na gestão das infraestruturas (FMI, 2015b).

A luta contra o terrorismo exige melhor coordenação regional e partilha de informação

Foram criados mecanismos africanos de cooperação para combate ao terrorismo. A Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), liderada pela União Africana e criada em 2002, fornece um quadro multidimensional para a prevenção, gestão e resolução de conflitos em África. Em 2013, 11 países vizinhos lançaram o processo de Nouakchott,

com o objetivo de operacionalizar a APSA e melhorar a cooperação sobre segurança na região do Sahel-Sara (OCDE, 2014). O G5 Sahel, formalizado em dezembro de 2014 e composto pelo Burkina Faso, o Chade, o Mali, a Mauritânia e o Níger, é outra das iniciativas destinadas a melhorar a coordenação das políticas de desenvolvimento e de segurança dos seus membros. Para além destas, em maio de 2014, a Nigéria, o Níger, o Chade, os Camarões e o Benim criaram a Task Force Conjunta Plurinacional para combate ao Boko Haram (Caixa 5.4).

Foram realizados esforços internacionais para apoiar a resposta dos países africanos a questões de segurança. No âmbito da parceria UE-África, a Missão de Formação da União Europeia no Mali (EUTM Mali) destacou cerca de 200 instrutores europeus em Koulikoro para treino das forças armadas do Mali, com um orçamento de 27.7 milhões de euros e um mandato de 24 meses (a partir de fevereiro de 2013). A missão EUCAP Sahel é outro exemplo da cooperação entre a União Europeia e África em matéria de segurança, assessorando as autoridades do Níger e Mali na definição de uma abordagem integrada contra o terrorismo e o crime organizado. Desde 2012, a França tem um envolvimento militar na luta contra os jihadistas no norte do Mali, em consonância com a Resolução das Nações Unidas 2100. A Operação Serval foi substituída pela Operação Barkhane, em Agosto de 2014, com mandato mais alargado para combater o terrorismo na região do Sahel. Na Cimeira Estados Unidos-África de 2015, a administração norte-americana anunciou duas iniciativas para reforçar a paz e segurança em África: a *African Peacekeeping Rapid Response Partnership* (APRRP, ou A-Prep) e a *Security Governance Initiative* (SGI). A A-Prep representa um investimento novo de 110 milhões de USD por ano, num período de cinco anos, de capacitação das forças africanas para rapidamente destacarem forças de manutenção da paz, em resposta a conflitos emergentes.

Os mecanismos legais de combate ao terrorismo enfrentam desafios de operacionalização. Existem já 19 convenções internacionais que abordam o terrorismo (UNODC, 2016). Na África Ocidental, a Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO) adotou vários instrumentos jurídicos para promover a cooperação judicial entre os países da região (OCDE, 2013b), mas a implementação tem sido lenta, devido a diferenças nos sistemas jurídicos, fraca capacidade operacional e prioridades divergentes entre os países (Yabi, 2010). As novas leis antiterroristas, aprovadas em 2015, foram criticadas por exporem as organizações da sociedade civil e os ativistas políticos a abusos, gerando preocupação sobre possíveis violações do Estado de direito e dos direitos civis e políticos (AFP, 2015a).

Caixa 5.4. Os esforços regionais de combate ao Boko Haram

O combate ao terrorismo transnacional exige uma extensa coordenação e cooperação entre países. Após o rapto de mais de 200 crianças em Chibok, Nigéria, foi criada, em maio de 2014, uma Task Force Conjunta Plurinacional com a participação da Nigéria, Níger, Chade, Camarões e Benim. Foi estabelecida fora do quadro das convenções regionais da CEDEAO, através da Comissão da Bacia do Lago Chade, e formalizada através do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A força, composta por 8 700 efetivos, tem sido destacada lentamente, em parte devido a dificuldades diplomáticas entre a Nigéria anglófona e os seus vizinhos francófonos (AFP, 2015b). Após assumir funções a 29 de maio de 2015, o Presidente nigeriano Muhammadu Buhari relançou o esforço regional, realizando muitas reuniões presenciais com os seus homólogos. No entanto, embora a *task force* devesse estar em vigor desde 30 de julho de 2015, em fevereiro de 2016 a sua operacionalização estava ainda pendente.

Para além da resposta ao terrorismo e aos riscos transfronteiriços, a implementação de políticas que abordem as causas profundas dos conflitos e da vulnerabilidade pode melhorar a eficácia dos processos de construção da paz ao nível nacional. Nomeadamente,

a insegurança derivada de conflitos entre comunidades e de disputas sobre a terra constitui uma ameaça à estabilidade política. A extração informal de minérios é um dos fatores que favorece os fluxos financeiros ilícitos (Caixa 5.5).

Caixa 5.5. A necessidade de melhoria da regulação das atividades mineiras

As estimativas sobre fluxos ilícitos na África Ocidental apontam para 15 mil milhões de USD, dos quais 3.5 mil milhões terão origem na extração artesanal e em pequena escala de ouro (OCDE, no prelo).

As atividades legais de exploração mineira estão a alimentar as tensões entre comunidades, em certos locais da África Ocidental. As disputas violentas podem ser consequência de conflitos sobre recursos, como comprovado pelos ataques a atividades mineiras ilegais em alguns países. A 22 de dezembro de 2015, ocorreram confrontos violentos entre as populações de Djélimala, na Guiné, e de Karatou, no Mali, motivados por questões de delimitação das terras e de extração ilegal de ouro. Os ministros do Mali e da Guiné organizaram uma reunião conjunta com as populações locais e defenderam a proibição da extração de ouro até que as autoridades tenham resolvido as questões sobre delimitação das terras (L'essor, 2016). Em 2013, registaram-se confrontos violentos entre os garimpeiros e a população local, em Angovia, Côte d'Ivoire (RFI, 2013).

As disputas sobre a terra e sobre o acesso a recursos naturais envolvem um risco estratégico específico, uma vez que os custos da inação podem ser consideráveis. A existência de riquezas naturais pode gerar agitação social em países relativamente estáveis, mas representa um risco particular em regiões já sob a ameaça de grupos armados. Há mais de 20 anos que o leste da República Democrática do Congo (RDC) está desestabilizado por conflitos armados, desencadeados pela competição pelo controlo dos recursos minerais da região. Um relatório das Nações Unidas salienta que o conflito no leste da RDC é sustentado pelo próspero tráfico de recursos naturais, efetuado por redes de crime organizado. Cerca de 98% dos lucros líquidos provenientes da exploração ilegal dos recursos naturais destina-se a redes transnacionais de crime organizado que operam dentro e fora da RDC. Estima-se que 57% das minas no leste da RDC tenha a presença de um grupo armado, e em 36% das minas existe cobrança ilegal de impostos, a qual financia as milícias armadas (PNUA et al., 2015). Contudo, os grupos armados retêm apenas 2% dos lucros líquidos provenientes da exploração ilegal de recursos naturais, indo a maior fatia para as redes transnacionais de crime organizado.

Vários países africanos têm processos eleitorais mais justos

O processo pelo qual os governos são selecionados ou substituídos desempenha um papel crucial no desenvolvimento económico, bem como a forma como são monitorizados. Tem-se verificado uma associação entre a consolidação democrática nos países africanos e o crescimento económico (Masaki e van de Walle, 2015). Os princípios da transparência, prestação de contas, não-discriminação e igualdade podem melhorar os resultados de desenvolvimento (OCDE, 2012; Malhorta, 2015).

A existência de instituições políticas fortes é essencial não apenas para consolidar os progressos na governação, mas também para responder de forma adequada às necessidades dos cidadãos. As eleições são necessárias, mas não suficientes, para avaliar o estado da governação. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados em 2015, incluem compromissos para o reforço da capacidade das instituições. No decurso do último ano, alguns países testemunharam avanços para a construção de instituições mais fortes e fiáveis. Os anos de 2016 e 2017 serão importantes para testar estes sinais positivos sobre a boa governação em África.

Eleições justas e concorridas contribuem para a melhoria da confiança e a construção da paz

O ano de 2015 demonstrou que as eleições, quando realizadas de acordo com a lei e com os princípios de equidade, podem ter um papel fundamental no reforço da legitimidade e da credibilidade das instituições. No **Benim**, a intensidade dos protestos políticos diminuiu drasticamente após o anúncio de eleições para 2016 e de uma decisão judicial desfavorável a uma mudança constitucional que permitira a candidatura do presidente a um terceiro mandato (IEP, 2015). No **Burkina Faso**, após os protestos nacionais e da revolta popular que conduziu à queda do Presidente Blaise Compaoré após 26 anos no poder, a transição democrática levou à eleição do novo Presidente Marc Christian Kaboré, em dezembro de 2015. O governo de transição liderado pelo diplomata Michel Kafando encetou reformas económicas e sociais e uma luta contra corrupção. O processo ficou, ainda assim, marcado por tensões: o exército realizou uma tentativa de golpe em setembro de 2015, que acabou por falhar, devolvendo novamente o poder ao governo de transição. A **Guiné-Bissau** registou uma das maiores subidas do mundo no Índice Global da Paz, principalmente devido à realização de eleições credíveis e maioritariamente pacíficas em 2014 (Ibid). Na **Zâmbia**, após a morte do presidente em exercício, Michael Sata, em outubro de 2014, foram realizadas eleições presidenciais pacíficas em janeiro de 2015.

Apesar destas mudanças pacíficas e democráticas em 2015, o período eleitoral está ainda frequentemente ligado a ondas de protestos em vários países. As reclamações relacionadas com resultados ou processos eleitorais estão ainda entre os principais motivos de protesto reportados entre 2013 e 2015, como demonstrado na Figura 5.3. Por exemplo, o Índice Ibrahim da Boa Governação (IIBG) revela que o **Gana** continua a ser um dos países com melhor desempenho em termos de progressos democráticos (Fundação Mo Ibrahim, 2015). Em 2015, porém, os apoiantes do maior partido da oposição realizaram manifestações para a atualização das listas eleitorais, alegando que continham candidatos inexistentes e não-ganeses (AFP, 2015c; Reuters 2015c). No **Togo**, realizou-se uma greve geral das escolas e hospitais públicos, com milhares a desfilar na capital, Lomé, em protesto contra os resultados da eleição presidencial realizada a 25 de abril de 2015. No **Congo**, o referendo organizado em outubro de 2015 para alteração da Constituição foi acompanhado de alguns protestos.

As eleições são um componente essencial da democracia e de uma governação aberta, mas alguns países têm ainda dificuldade em realizar eleições transparentes e justas. O *think tank* africano *Institute for Empirical Research in Political Economy* (IERPE) classificou metade dos países africanos com uma pontuação abaixo dos 4,5, numa escala de 0 a 10, no seu índice sobre liberdade, equidade e competitividade das eleições entre 2000 e 2013. Este índice abrange todas as fases do processo eleitoral, desde a campanha até à eleição e ao período pós-eleitoral, bem como aspetos ligados aos procedimentos, liberdade de associação e restrições legais aos partidos políticos (IERPE, 2015). Isto aponta para uma necessidade de melhorar ainda mais os processos eleitorais. Foram relatadas ocorrências de compra de votos (Gutiérrez-Romero, 2014) e as personalidades políticas podem tentar obter ganhos políticos pela instrumentalização das divisões sociais e exacerbação dos conflitos (Bayart, 1989 e 2009). Nomeadamente, a República Centro-Africana tem passado por uma grave crise política desde a deposição do Presidente Bozizé pela milícia Seleka, em 2013, a qual veio agravar a violência intercomunitária e destruir os progressos económicos. A crise paralisou completamente a economia e impediu a tributação e gestão pública, privando o país dos recursos necessários.

As sociedades civis desempenham um papel crescente na governação política

Os movimentos da sociedade civil em África parecem moldar a forma como os cidadãos influenciam a qualidade da governação e a estabilidade política, como nos casos do Burkina Faso e da Tunísia. Estes movimentos seguem diferentes padrões de atuação e intensidade nos vários países (Caixa 5.6). Existem atualmente iniciativas, em sete países, para responsabilização dos funcionários públicos através de ações que não envolvem manifestações ou protestos públicos (McNeil e Malena, 2010). Estas vão desde orçamentos participativos até à análise independente dos orçamentos, monitorização participativa das despesas públicas e avaliação dos serviços públicos por parte dos cidadãos. No Benim, a *Rede Social Watch*, criada inicialmente para monitorizar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), estendeu as suas atividades ao nível nacional através do desenvolvimento de parcerias fortes e do estabelecimento de boas práticas de governação entre vários atores (McNeil e Malena, 2010).

No plano mais geral, é necessário reforçar os sistemas de transparência e prestação de contas no seio das administrações públicas, para permitir que a sociedade civil desempenhe as suas funções de fiscalização. Apesar de alguns exemplos de sucesso, a maioria dos países africanos não fornece a informação suficiente à sociedade civil e ao público para poderem entender e monitorizar os orçamentos. As conclusões do *Open Budget Survey* de 2015, do Banco Mundial, coloca sete países africanos entre os 12 com menor transparência orçamental, legislaturas débeis, auditorias insuficientes e poucas ou nenhuma oportunidade de participação pública (IBP, 2015). Só a África do Sul obtém boas pontuações em todas as dimensões, ocupando o terceiro lugar mundial. O Malawi obtém uma boa classificação, situando-se em 18º lugar. Por sua vez, os países francófonos da África Ocidental realizaram progressos assinaláveis, entre 2010 e 2015.

Caixa 5.6. O incremento da sociedade civil em África

Alguns movimentos da sociedade civil têm desempenhado um papel importante no debate político, tendo sido fundamentais, em alguns casos, para as mudanças de regime. No Burkina Faso, a Associação *Le Balai citoyen* agiu como uma força pacífica e democrática importante na revolta popular que conduziu à queda do regime de Compaoré, em 2014. Constituída por músicos, magistrados, jornalistas e estudantes, assumiu o papel de mediação entre os militares, a oposição e a população, fazendo campanha para preservar o processo de transição (*Le Monde Diplomatique*, 2015). Quando o RSP (Regimento de segurança presidencial) perpetrou uma tentativa de golpe, em setembro de 2015, este grupo manteve a pressão sobre o RSP para que devolvessem o poder ao regime civil de transição. Esta mudança de regime é um caso de transição democrática a assinalar, no qual um movimento da sociedade civil ultrapassou as divisões étnicas – frequentemente instrumentalizadas nos conflitos em África – e uniu os cidadãos em torno de aspirações comuns e de um pacto social baseado na representatividade, protegendo o interesse público e o debate democrático.

A Tunísia constitui um exemplo de ações lideradas com sucesso por organizações da sociedade civil: em 2015, o Prémio Nobel da Paz foi atribuído a um quarteto de organizações pela sua contribuição decisiva para a democracia pluralista na Tunísia (Norwegian Nobel Committee, 2015). Após a Primavera Árabe, a Tunísia conseguiu consolidar ganhos democráticos reais, pelo que o prémio é um símbolo do sucesso das organizações da sociedade civil na resolução de conflitos. A coligação era composta pela União Geral Tunisina do Trabalho (UGTT), a União Tunisina da Indústria, Comércio e Artesanato (UTICA), a Liga Tunisina dos Direitos Humanos (LTDH) e a Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia.

Caixa 5.6. O incremento da sociedade civil em África (cont.)

Enquanto tal, a coligação foi capaz de estabelecer um diálogo nacional, cujo sucesso é baseado numa verdadeira compreensão da realidade local e no carácter inclusivo e diversificado da coligação. Ao reunir diversos setores da população em torno do objetivo comum da justiça social, esta experiência demonstra que a sociedade civil pode ter um papel fundamental na construção e reforço das instituições de um determinado país.

Existem outros exemplos de iniciativas da sociedade civil em África. Em Marrocos, o movimento reformista M20 desempenhou um papel importante na modernização da Constituição, em 2011 (PEA, 2012). Em 2011 e 2012, o movimento senegalês *Y'en a marre* foi ativo na defesa de melhores serviços públicos no país. A aliança *Tournons la Page*, com réplicas nos Camarões, Congo, Gabão, RDC, Bélgica e França, procura formar um movimento transcontinental para promoção do princípio da mudança democrática. No entanto, estes modelos são ainda frágeis e os padrões são muito difíceis de replicar.

As organizações da sociedade civil podem, portanto, desempenhar papéis importantes nas transições democráticas. O desafio está em conseguir manter a credibilidade e a dinâmica.

Em 2016 e 2017, realizam-se eleições em quase metade dos países africanos

Em África, 26 países realizarão eleições nacionais em 2016 e 2017, o que representa uma oportunidade de avaliar em que medida as instituições africanas estão a conseguir manter os ganhos de governação e a consolidação democrática. (Tabela 5.2). Existe uma interligação entre a democratização e o reforço das instituições. Quando são livres e justas, as eleições podem contribuir para a democratização e para um reforço da legitimidade das instituições públicas.

À medida que os países progridem e as suas sociedades são mais exigentes relativamente à qualidade da governação, as instituições públicas e as sociedades civis têm de desempenhar o seu papel na melhoria do funcionamento do governo. As instituições governamentais e os serviços públicos devem ser capazes de responder às aspirações dos cidadãos por melhores oportunidades económicas. É também necessário abordar as principais tensões políticas, através de políticas sólidas que apoiem o bem-estar humano e os resultados de desenvolvimento. Para além da capacidade de responderem às necessidades das populações, a eficácia das instituições africanas no apoio ao desenvolvimento depende da sua capacidade para promoverem a paz e a confiança. Isto implica melhores processos e métodos de governação, bem como uma tomada de decisão mais eficiente, com execução e controlo eficazes. As instituições com mandato constitucional melhoram a prestação de contas, a transparência e a capacidade de resposta das instituições (Sandbrook e Oelbaum, 1997), o que, por sua vez, tem impacto nas perspetivas económicas.

Tabela 5.2. Resumo da eleições nacionais em 2016 e 2017 em África

País	Votação para	Data	
Benim	Presidência	06/03 /2016 e 20/03/2016 (segunda volta)	
Cabo Verde	Presidência	31/08/2016	
República Centro-Africana	Presidência e assembleia nacional	14/02/2016	
Chade	Presidência	10/04/2016	
Comores	Presidência	21/02/2016	
Congo, Rep.	Presidência	20/03/2016	
Côte d'Ivoire	Assembleia nacional	Dec/2016	*
República Democrática do Congo	Presidência e assembleia nacional	27/11/2016	*
Djibouti	Presidência	08/04/2016	
Guiné Equatorial	Presidência	30/11/2016	*
Gabão	Presidência e assembleia nacional	16/08/2016	*
Gâmbia	Assembleia nacional	01/12/2016	
Gana	Presidência e assembleia nacional	07/11/2016	
Marrocos	Assembleia nacional	07/10/2016	*
Níger	Presidência e assembleia nacional	21/02/2016	
São Tomé e Príncipe	Presidência	31/07/2016	
Seychelles	Presidência e assembleia nacional	31/10/2016	*
Uganda	Presidência e assembleia nacional	18/02/2016	
Zâmbia	Presidência e assembleia nacional	11/08/2016	*
Argélia	Assembleia nacional	2017	*
Angola	Assembleia nacional	2017	*
Quênia	Presidência, assembleia nacional e senado	31/08/2017	* *
Lesoto	Assembleia nacional	2017	
Libéria	Presidência e assembleia nacional	2017	*
Madagáscar	Presidência	2017	*
Ruanda	Presidência	2017	*
Senegal	Assembleia nacional	2017	*
Serra Leoa	Assembleia nacional	2017	*

Nota: *Dados da eleição por confirmar.

Fonte: International Foundation for Electoral Systems (IFES) (2016); International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA) (2016).

Nota

1. Por exemplo, os protestos foram limitados ou banidos de agosto de 2014 até ser decretado oficialmente o fim da epidemia de Ébola na Guiné (29 de dezembro de 2015), na Libéria (novembro de 2015) e na Serra Leoa (7 de novembro de 2015).
 - O **Chade** decretou o estado de emergência a 9 de novembro de 2015 e o Mali também o fez por várias vezes, entre 20 de novembro de 2015 e 31 de março de 2016.
 - O **Egito**, que enfrenta repetidos ataques jihadistas contra as forças governamentais, instituiu o estado de emergência entre 24 de outubro de 2014 e 23 de julho de 2015, tendo-o renovado pelo período de três meses, em agosto de 2015.
 - O **Níger** decretou o estado de emergência de 11 de fevereiro de 2015 a 26 de janeiro de 2016, particularmente na região de Difa.
 - A **Tunísia** foi afetada por três vagas de ataques terroristas em 2015. Instituiu o estado de emergência para o território nacional por um período de três meses, entre o fim de junho e o início de outubro de 2015, e depois por quatro meses, de 24 de novembro de 2015 a 21 de março de 2016.

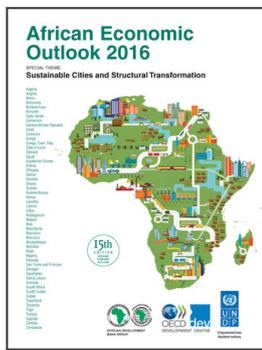
Bibliografia

- ACNUDH (2014), *Birth Registration and the Right to Everyone to Recognition Everywhere before the Law*, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Assembleia Geral das Nações Unidas, A/ HCR/27/22.
- AFP (2015a), “Au Tchad, un projet de loi antiterroriste controversé”, press release, 30 de julho, Agência France Press, Paris.
- AFP (2015b), “Boko Haram : face à la stratégie de la terreur, le casse-tête de la future force régionale”, press release, 7 de agosto, Agência France Press, Paris.
- AFP (2015c), “Ghana : la police disperse une manifestation de l’opposition”, press release, 16 de setembro, Agência France Press, Paris.
- Afrobarómetro (2015), *Afrobarometer survey R6 2014/2015*, <http://afrobarometer.org/online-data-analysis/analyse-online> (consultado em fevereiro de 2016).
- Arrow, K. e A. Sanghi (2015), “Why economists put health first”, Project Syndicate, <http://project-syndicate.us10.list-manage.com/track/click?u=9116789a51839e0f88fa29b83&id=f58ee400f7&e=cd5d5ba528>.
- Banco Mundial (2016a), *Country Policy and Institutional Assessment* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, <http://data.worldbank.org/data-catalog/CPIA> (consultado em janeiro de 2016).
- Banco Mundial (2016b), “World Bank Group Ebola response fact sheet”, brief, 2 de fevereiro, Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org/en/topic/health/brief/world-bank-group-ebola-fact-sheet.
- Banco Mundial (2016c), *Doing Business* (database), Banco Mundial, Washington, DC, <http://doingbusiness.org/>.
- Banco Mundial (2015), *World Development Indicators* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org (consultado em janeiro de 2016).
- Banco Mundial (2002), *World Development Report, Building Institutions for Markets*, Banco Mundial, Washington, DC, Oxford University Press, Oxford.
- BASeD (2013), *Asian Development Outlook 2013 Update: Governance and Public Service Delivery*, Banco Asiático de Desenvolvimento, Mandaluyong City, Filipinas.
- Bayart, J-F. (2009), *The State in Africa: The Politics of the Belly*, Polity Press, Cambridge.
- Bayart, J-F. (1989), *L’Etat en Afrique : la politique du ventre*, Paris, Fayard.
- Bratton, M. e R. Houessou (2014), “Demand for democracy is rising in Africa, but most political leaders fail to deliver”, *Policy Paper 11*, Afrobarómetro, www.afrobarometer.org/files/documents/policy_brief/ab_r5_policypaper11.pdf.
- Cabral, L. (2011), “Decentralisation in Africa: Scope, motivations and impact on service delivery and poverty”, *Future Agricultures Working Papers 020*, Overseas Development Institute, Londres.
- Effective Institutions Platform (2015), “An effective institutions index: Draft discussion paper”, <http://effectiveinstitutions.org/en/>.
- FEM (2014), *The Executive Opinion Survey, 2014*, base de dados do Fórum Económico Mundial, <http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2014-2015/introduction-2/>.
- FMI (2015a), “World Economic Outlook, outubro de 2015” (base de dados), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/02/weodata/index.aspx.
- FMI (2015b), *South Africa: Concluding Statement of an IMF Staff Visit*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <https://imf.org/external/np/ms/2015/062315.htm>.
- Fundação Mo Ibrahim (2015), *Índice Ibrahim da Governação em África 2015*, www.moibrahimfoundation.org/iiag/data-portal/.
- Fundação Novartis (2016), “Telemedicine Project in Ghana: Bonsaaso cluster in the Amansie-West district of the Ashanti region”, <http://novartisfoundation.org/programs/more/408/improving-access-with-technology> (consultado em fevereiro de 2016).
- Gallup Organization (2015); *Gallup World Poll*, (base de dados), <http://gallup.com/services/170945/world-poll.aspx>.
- Gutiérrez-Romero, R. (2014), “An inquiry into the use of illegal electoral practices and effects of political violence and vote-buying”, *The Journal of Conflict Resolution* 2014, Vol. 58/8, pp. 1500-1527, DOI: 10.1177/0022002714547902.
- Haidar, J.I. (2011), “The impact of business regulatory reforms on economic growth”, *Journal of the Japanese and International Economies*, Vol.26, pp. 285-307.
- Hallward-Driemeier, M. e L. Pritchett (2015), “How business is done in the developing world: Deals vs rules”, *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 29/3, pp. 121-140.

- Hausmann, R., D. Rodrik e A. Velasco (2005), “Growth diagnostics”, Banco de Desenvolvimento Interamericano, www6.iadb.org/WMSFiles/products/research/files/pubS-852.pdf.
- IBP (2015), “The Open Budget Survey 2015”, International Budget Partnership, Washington, DC, <http://internationalbudget.org/opening-budgets/open-budget-initiative/open-budget-survey/publications-2/full-report/>.
- IEP (2015), “Global Peace Index report 2015”, Institute for Economics and Peace, http://visionofhumanity.org/sites/default/files/Global%20Peace%20Index%20Report%202015_0.pdf.
- IERPE (2015), “African Electoral Index 2000-13”, The Institute for Empirical Research in Political Economy (IERPE), <http://mo.ibrahim.foundation/iiag/methodology/> (consultado em janeiro de 2015).
- IFES (2016), Election Guide Calendar, International Foundation for Electoral Systems, www.electionguide.org (consultado em janeiro de 2016).
- IMB Polio (2015), “Now is the time for peak performance – 12th report: October 2015”, The Independent Monitoring Board of the Global Polio Eradication Initiative, <http://polioeradication.org/Aboutus/Governance/IndependentMonitoringBoard/Reports.aspx>.
- INER (2013), “Fourth population and housing census, Rwanda, 2012”, Instituto Nacional de Estatística do Ruanda, Kigali.
- International IDEA (2016), Voter Turnout Website, International Institute for Democracy and Electoral Assistance, www.idea.int/vt/index.cfm (consultado em janeiro de 2016).
- KENAO (2015), “Report of the auditor-general on the financial statements for national government for the year 2013-2014”, Gabinete do Auditor Nacional, República do Quênia, http://kenao.go.ke/index.php/reports/cat_view/2-reports/9-national-government/69-government-ministries (consultado em fevereiro de 2016).
- Kessides, I.N. (2015), “Regulatory reform for closing Africa’s competitiveness gap”, *The Oxford Handbook of Africa and Economics: Volume 2: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford.
- KPMG (2012), “The State of Healthcare in Africa”, KPMG Africa Limited, www.kpmg.com/africa/en/issuesandinsights/articles-publications/pages/the-state-of-healthcare-in-africa.aspx.
- L’essor (2016), “Mali : Frontière Mali-Guinée : zone de frictions”, <http://essor.ml/frontiere-mali-guinee-zone-de-frictions/>.
- Le Monde Diplomatique (2015), “Coup de Balai citoyen au Burkina Faso”, <http://monde-diplomatique.fr/2015/04/COMMEILLAS/52835>.
- Leo, B., R. Morello e V. Ramachandran (2015), “The face of African infrastructure: Service availability and citizens’ demands”, *Center for Global Development Working Paper 393*, Washington, DC, <http://cgdev.org/publication/face-african-infrastructure-service-availability-and-citizensdemands-working-paper-393>.
- Lin, J.Y. e C. Monga (2012), “Solving the mystery of African governance”, *New Political Economy*, Vol. 17/5, pp. 659-666, <http://dx.doi.org/10.1080/13563467.2012.732277>.
- Lundberg, M. (2008), “Client satisfaction and the perceived quality of primary health care in Uganda”, *Are you Being Served? New Tools for Measuring Service Delivery*, pp. 313-344, Banco Mundial, Washington, DC.
- Malhorta, R. (2015), “Delivering development and good governance, making human rights count”, *Improving Delivery in Development: The Role of Voice, Social Contract, and Accountability*, World Bank Legal Review, Vol. 6, pp. 59-89.
- Masaki, T. e N. Van de Walle (2015), “The Impact of Democracy on Economic Growth in Sub-Saharan Africa, 1982-2012”, *The Oxford Handbook of Africa and Economics: Volume 1: Context and Concepts*, Oxford University Press, Oxford, <http://dx.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199687114.013.13>.
- Masry, M. (2015), “The role of political stability in achieving economic development”, *Journal of Economics and Sustainable Development*, Vol. 6/16.
- McNeil, M. e C. Malena (eds.) (2010), *Demanding Good Governance: Lessons from Social Accountability Initiatives in Africa*, Instituto do Banco Mundial, Washington, DC.
- Mitullah, W. e P. Kamau (2013), “The partnership of free speech and good governance in Africa”, Policy Brief 3, Afrobarómetro, http://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Briefing%20paper/ab_r5_policypaperno3.pdf.
- Monga, C. e J. Yifu Lin (eds.) (2015), “Africa’s evolving economic policy frameworks”, *The Oxford Handbook of Africa and Economics: Volume 2: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford, <http://dx.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199687107.013.58>.
- Norwegian Nobel Committee (2015), “The Nobel Peace Prize for 2015”, press release, http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2015/press.html.

- NU/ODI/Ipsos MORI (2016), *The United Nations Global Survey for a Better World*, base de dados, Nações Unidas, Overseas Development Institute, Ipsos MORI e parceiros, <http://data.myworld2015.org/> (consultado em fevereiro de 2016).
- O'Neil, T. et al. (2014), *Fragmented governance and local service delivery in Malawi*, Overseas Development Institute, Londres.
- OCDE (no prelo), "Illicit financial flows: The economy of illicit trade in West Africa", Publicações OCDE, Paris.
- OCDE (2015), *OECD Economic Surveys: South Africa 2015*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-zaf-2015-en.
- OCDE (2014), *An Atlas of the Sahara-Sahel: Geography, Economics and Security*, West African Studies, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264222359-en>.
- OCDE (2013a), *Identification and Monitoring of Potentially Under-aided Countries*, Publicações OCDE, Paris, www.oecd.org/dac/aid-architecture/Identification%20and%20Monitoring%20of%20Potentially%20Under-Aided%20Countries.pdf.
- OCDE (2013b), *Conflits liés aux ressources et terrorismes : deux facettes de l'insécurité*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264190306-fr>.
- OCDE (2012), "From aid to development: the global fight against poverty", *OECD Insights*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264123571-en>.
- OCDE (2011), "Supporting state building in situations of conflict and fragility: Policy guidance", *DAC Guidelines and Reference Series*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264074989-en>.
- OCDE (2010a), *Health Care Systems: Efficiency and Policy Settings*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264094901-en>.
- OCDE (2010b), *Handbook on Contracting Out Government Functions and Services in Post-Conflict and Fragile Situations*, Parceria para a Governação Democrática, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264091993-en>.
- OCDE (2007), *Micro-Policies for Growth and Productivity: Summary of Key Findings*, Publicações OCDE, Paris, www.oecd.org/sti/ind/38151918.pdf.
- OMS (2015), *World Malaria Report 2014*, Organização Mundial de Saúde, Genebra, www.rollbackmalaria.org/files/files/about/9789241564830_eng.pdf.
- OMS (2014), "WHO Country Cooperation Strategy 2014-2018: Rwanda", World Health Organisation, Brazzaville.
- Patat J-P (2015), *Coup de froid sur une croissance africaine aux fondements encore peu solides*, CEPII blog, consultado a 7 de dezembro de 2015, www.cepii.fr/BLOG/bi/post.asp?IDcommuniquer=437.
- Pew Research Center (2015), *Health Care, Education Are Top Priorities in Sub-Saharan Africa*, Washington, DC.
- PNUA/Nações Unidas Grandes Lagos/MONUSCO (2015), *Experts' background report on illegal exploitation and trade in natural resources benefitting organized criminal groups and recommendations on MONUSCO's role in fostering stability and peace in eastern DR Congo*, relatório final, Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Nações Unidas Grandes Lagos, e Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo.
- RBM/PNUD (2013), "Multisectoral action framework for Malaria", Roll Back Malaria Partnership, <http://rollbackmalaria.org/about/about-malaria/multisectoral-action-framework>.
- Reuters (2015a), "Tanzania rolls out birth registrations by mobile phone", press release, 13 de outubro, www.reuters.com/article/uk-tanzania-goals-birth-registration-idUKKCN0S71XC20151013.
- Reuters (2015b), "Ghana averts threat to power supply by agreeing to pay Nigeria gas bill", press release, 20 de outubro, www.reuters.com/article/ghana-nigeria-gas-idUSL8N12K3NZ20151020.
- Reuters (2015c), "Ghana protesters demanding new electoral roll clash with police", press release, 17 de setembro, <http://in.reuters.com/article/ghana-protest-idINKCN0RH01Y20150917?feedType=RSS&feedName=worldNews>.
- RFI (2013), "Côte d'Ivoire : affrontements meurtriers entre orpailleurs et villageois", *Rádio France Internationale*, www.rfi.fr/afrique/20130714-nouvelles-violences-cote-ivoire-orpailleurs-villageois.
- Rhodes, R.A.W. (2012), "Waves of governance", *The Oxford Handbook of Governance*, Oxford University Press, Londres, <http://dx.doi.org/10.1093/oxfordhob/9780199560530.013.0003>.
- Sandbrook, R e J. Oelbaum (1997), "Reforming dysfunctional institutions through democratisation? reflections on Ghana", *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 35, pp. 603-646.
- SARB (2014), *Quarterly Bulletin 273*, South African Reserve Bank, setembro, ISSN 0038-2620, www.resbank.co.za/Publications/QuarterlyBulletins/Pages/QuarterlyBulletins-Home.aspx.

- Transparência Internacional (2015), *People and Corruption: Africa Survey 2015-Global corruption barometer*, www.transparency.org/whatwedo/publication/people_and_corruption_africa_survey_2015.
- UNICEF (2015a), “Nigeria conflict forces more than 1 million children from school”, press release, 22 December, www.unicef.org/media/media_86621.html (consultado em janeiro de 2016).
- UNICEF (2015b), “Thousands of unregistered children born in Liberia during Ebola crisis at risk of exploitation”, UN News press, 31 July, www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=51540#.VstDECvzPqk (consultado em fevereiro de 2016).
- UNODC (2016), *Instruments Universels contre le terrorisme*, UN database on country ratification status, https://unodc.org/tldb/fr/universal_instruments_NEW.html (consultado a 5 de janeiro de 2016).
- Whaites, A et al. (2015), *A Governance Practitioner’s Notebook: Alternative Ideas and Approaches*, OCDE, Paris, www.oecd.org/dac/governance-peace/governance/governance-practitioners-notebook.htm.
- Xu, L.C. (2010), “The effects of business environments on development: Surveying new firm-level evidence”, *Policy Research Working Paper 5402*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Yabi, G.I.O. (2010), *Le rôle de la CEDEAO dans la gestion des crises politiques et des conflits : cas de la Guinée et de la Guinée-Bissau*, Friedrich-Ebert-Stiftung, Abuja, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/nigeria/07449.pdf>.
- Yifu Lin, J. e C., Monga, (2012), “Solving the mystery of African governance”, *New Political Economy*, Vol. 17/5, pp. 659-666.



From:
African Economic Outlook 2016
Sustainable Cities and Structural Transformation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2016-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2016), "Governação política e económica em África", in *African Economic Outlook 2016: Sustainable Cities and Structural Transformation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264248649-9-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.